



# Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 1996**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neron, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Durval Amaral, Élio Rusch e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob o nº CTL/SEEG/058/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, nos dias 28 e 29 do corrente, com destino a Montevideu, a fim de proferir conferência sobre o Estado do Paraná na Câmara de Indústria do Uruguai, participar das solenidades de assinatura de acordo de cooperação entre a referida Câmara e a Federação das Indústrias do Es-

tado do Paraná - FIEP e, ainda, tratar de assuntos de interesse do Estado, ligados ao MERCOSUL. Ao conhecimento da Casa.

**Indicações:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O Partido Progressista Brasileiro - PPB, por sua bancada nesta Casa, comunica a escolha dos seus líderes para 1995/96, cumprindo disposição regimental.

Deputado DUÍLIO GENARI - Líder

Deputado CÉSAR SELEME - vice-Líder

Sem mais, aproveitamos para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.02.96

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PPB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Exelência, no que se refere à indicação dos representantes do nosso Partido para comporem as Comissões Permanentes desta Casa.

Desta forma, os nomes indicados são os seguintes:

**Comissão de Constituição e Justiça**

Titulares: Irondi Pugliesi e César Seleme

Suplentes: Duílio Genari e Augustinho Zucchi

**Comissão de Finanças**

Titular: Duílio Genari

Suplente: César Seleme

**Comissão de Orçamento**

Titular: Augustinho Zucchi

Suplente: Duílio Genari

**Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio**

Titular: Augustinho Zucchi

Suplente: Irondi Pugliesi

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Titular: Duílio Genari

Suplente: César Seleme

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes**

Titular: Irondi Pugliesi

Suplente: Augustinho Zucchi

**Comissão de Terras, Imigração e Colonização**

Titular: Augustinho Zucchi

Suplente: Duílio Genari

**Comissão de Segurança Pública**

Titular: César Seleme

Suplente: Irondi Pugliesi

**Comissão de Redação**

Titular: César Seleme

Suplente: Augustinho Zucchi

**Comissão de Tomada de Contas**

Titular: Duílio Genari

Suplente: Irondi Pugliesi

**Comissão de Turismo**

Titular: Irondi Pugliesi

Suplente: Augustinho Zucchi

**Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**

Titular: Irondi Pugliesi

Suplente: Augustinho Zucchi

**Comissão de Fiscalização da ALEP**

Titular: Duílio Genari

Suplente: César Seleme

**Comissão de Saúde Pública**

Titular: Augustinho Zucchi

Suplente: Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.02.95.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PPB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 115**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, se digne determinar a tramitação do Projeto de Lei n° 07/96 (Convênios entre a Secretaria da Saúde, SANEPAR, IAP com hotéis, motéis e clubes recreativos), em Regime de Urgência (art. 182 e seguintes do Regimento Interno), face a chegada do verão e a procura destas formas de recreação ser enorme, tornando, com sua morosidade, a ineficácia desta Ordem Legal.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto de Lei n° 07/96 que propomos, tem por finalidade resguardar aos usuários, a melhoria da qualidade da água nas piscinas de uso público, autorizando a Secretaria de Saúde, SANEPAR e IAP firmar convênios para verificação periódica.

Ocorre que com a chegada do verão - que se inicia em dezembro, findando em março - aumenta o número de frequentadores (usuários), expondo estes ao possível contágio de microorganismos prejudiciais ao corpo humano, bem como dificultando o con-

trole efetivo e adequado da água nestas piscinas.

Se faz necessário, que este projeto de lei tenha seu trâmite rápido, a fim de que seja controlada imediatamente a água depositada em piscinas de hotéis, motéis, clubes, condomínios e similares.

Por isso, requer a tramitação do projeto de lei, em Regime de Urgência.

**REQUERIMENTO N° 117**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por 05 (cinco) sessões do item 6 (seis), 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 472/95 de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Caíto Quintana, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 118**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por 02 (duas) sessões do item 3 (três), 2ª Discussão do Projeto de Lei n° 156/95 de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo e Péricles Mello, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 119**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item I da Ordem do Dia de hoje, 28 de fevereiro de 1996, Projeto de Lei n° 041/95, de autoria deste Deputado, por 05 sessões.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**REQUERIMENTO N° 116**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o uso de 15 minutos do Grande Expediente, do dia 12 (doze) de março de 1996, para que a Comunidade Avá-Guarani comunique aos Senhores Deputados a situação em que se encontram.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

**JUSTIFICATIVA:**

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional muitas áreas foram inundadas e entre estas as terras do povo Avá-Guarani.

Hoje este povo sem terra vive numa pequena área às margens do lago da hidrelétrica, em péssimas condições de vida.

Esta triste situação é que a Comunidade Avá-Guarani deseja transmitir aos Senhores Deputados e pedir apoio para a sua luta.

Tendo este Parlamento caráter democrático é que solicitamos a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a participação oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no Tribunal Internacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil, que será realizado nos dias 22 a 26 de março de 1996, no México.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o IBGE, a exploração do trabalho infantil já atinge 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, que têm comprometida a sua saúde e educação. O debate que será realizado no Tribunal Internacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil é de grande importância para a sociedade paranaense, inclusive no tocante à exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme CPI realizada por esta colenda Casa de Leis no ano passado.

#### REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita autorização para realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher a realizar-se no dia 07.03.96 às 10:00 horas.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 02.01.96, da Sra. Maria Odete da Cunha.

Esta pessoa ajudava muito a comunidade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Dr. Miguel Quadros, 68 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 02.01.96, do Sr. Ricardo Keplin.

Esta pessoa ajudava muito a comunidade de Ponta Grossa; deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Conrado Pereira Ramos, 343 - Jardim Carvalho - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Delegado da Receita Estadual de Ponta Grossa, Alceu Maluf Junior, pelo desempenho na brilhante arrecadação de impostos daquela Delegacia.

Segundo o Diretor-Geral da Receita Estadual de Ponta Grossa, Norton José Siqueira, Ponta Grossa é a delegacia que despontou no ano de 1995, com o resultado mais positivo. A delegacia foi a que chegou mais próxima de todos os objetivos propostos pelo governo, superando muitos deles, inclusive.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à Delegacia da Receita Estadual de Ponta Grossa, em nome do Delegado Alceu Maluf Junior, à Av. Visconde de Taunay, 1051, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, de Ponta Grossa, pela realização de exposição referente ao Velho Testamento.

A exposição não tem cunho religioso ou doutrinário, sendo o enfoque exclusivamente cultural. Dentre os temas abordados estão os impérios, reinados, sistema monetário, calendários, pesos e medidas lineares, história, cronologia e geografia ligados à época.

Requer ainda, que da decisão desta Ca-

sa, seja dada ciência à A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, de Ponta Grossa, em nome de todos os mórmons.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Clube Guaíra, de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 100 anos de existência.

Várias festividades alusivas ao 100 anos do Clube Guaíra estão sendo realizadas, entre elas a inauguração da praça desportiva na sede campestre e o lançamento de um livro sobre a história do clube e diversos campeonatos esportivos.

O Clube Guaíra é o clube mais antigo de Ponta Grossa, e para comemorar isto a historiadora Aida M. Lavallo está lançando o livro "Germânia-Guaíra: um século de existência".

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Clube Guaíra, em nome de seu Presidente, Carlos Beltrami, bem como os associados e funcionários.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 107

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações ao escritor paranaense Waldyr Jansen de Mello, pela comemoração de 50 anos de exercício literário.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O alcance da marca de 50 anos na arte/ofício de escritor é admirável em qualquer parte do mundo mas, principalmente, no Brasil, onde numerosos e diversos são os obstáculos a tal trabalho. No Paraná, o engenheiro Waldyr Jansen de Mello conseguiu esse bravo feito que ele mesmo denomina como "hercúleo".

Havendo iniciado com uma publicação ressaltando o grande vulto nacional Rui Barbosa, abraçou a profissão de tal forma que se registrou junto ao INPS, contribuindo até além do tempo exigido. Suas obras foram registradas junto à Biblioteca Nacional e, no final do ano passado, conquistou a marca de meio século de atuação na carreira de escritor. Publicou: "Manual do Candidato a Cabo de Fileira", "ABC da Admissão", "Conhecimentos Gerais", "O Exército e a sua Contribuição no Campo da

Educação", "Noções sobre a Foto-Informação", "O Louco", "Como Ingressar na Força Aérea Brasileira", "Uma Rosa para Lily", "O Peregrino", "História do Brasil", "Formação de Cabos e Soldados de Infantaria de Guarda", "Aerofotogrametria", "Anais", "Olavo Bilac: Sempre Presente" e "Aprenda Português". Além desses, tem uma dezena de livros sendo preparados para o prelo.

Membro de entidades culturais e representativas da classe dos engenheiros, Waldyr Jansen de Mello recebeu importantes condecorações, entre as quais: Cidadão Honorário de Niterói, Cidadão Honorário de Curitiba, Vulto Emérito de Curitiba, Cidadão Honorário do Paraná, Cidadão Honorário da Guanabara, Cidadão Honorário do Estado do Rio de Janeiro, Membro Efetivo da Academia Brasileira de História, Membro da Sala do Poeta do Paraná, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Barão de Mileto (pela Casa Soberana Imperial Reinante no Oriente, registrada no Vaticano), membro efetivo do Senado do Templo da Sabedoria de Roma (Itália), Ordem do Pinheiro (Governo do Paraná), Prêmio Pinhão de Ouro (Curitiba), Imortal da Academia Feirense de Letras (Feira de Santana/BA), membro de várias academias de letras do Brasil, Prêmio Cidade de Curitiba, Troféu Imprensa do Paraná, Troféu Junter, Medalha da Sociedade Nacional do Mérito Cívico, Prêmio Integração Nacional (Brasil/1989), Doutor Honoris Causa (Faculdade Marcelo Tupinambá - São Paulo/SP), Mérito por Serviços Prestados (CREA/PR), International Academy of Letters of England (Londres/1985) e Ordem do Campeador. Recebeu mais de 60 comendas e 70 medalhas. Foi alvo de incontáveis homenagens, em todo o Brasil e até no exterior. Proferiu quase duas dezenas de conferências e palestras sobre importantíssimos temas.

É, sem sombra de dúvida, um dos mais reconhecidos nomes de nossa terra. Ao chegar nesses 50 anos, tem uma vida construída sobre a honra, a tradição e o respeito a Deus e ao seu país. É um verdadeiro exemplo às novas gerações. Um apaixonado pela arte de escrever e um verdadeiro nacionalista. É bom que se registre seu nome nos Anais do Legislativo, vez que na nossa história ele já conquistou o devido lugar de destaque.

#### REQUERIMENTO N° 108

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão voto de congratulações ao Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, pela comemoração dos seus 70 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Uma das mais importantes entidades da área em todo o Brasil, o Instituto de Engenharia do Paraná comemorou, recentemente, a passagem dos seus 70 anos. Fundada por um grupo de idealistas liderados por Monteiro Tourinho, a entidade congrega engenheiros de todas as especializações, representando a classe e atuando como órgão de discussão dos seus interesses, dos avanços tecnológicos do setor e sobre o papel do engenheiro na sociedade. Contando hoje com aproximadamente 5 mil associados, o IEP é presidido pelo engenheiro Ivo Mendes Lima, e tem destaque como uma das mais fortes entidades representativas de classe do nosso Estado.

**REQUERIMENTO N° 109**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná - ARFOC, pela posse da sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Presidida pelo fotógrafo Iran Carlos Magno (TV Iguazu e Fundação Cultural de Curitiba) e contando ainda com profissionais do melhor gabarito, a nova diretoria da ARFOC tomou posse com o compromisso de valorizar e promover o trabalho dos associados, auxiliando-os também para superar as dificuldades para o exercício do seu trabalho e para acesso aos equipamentos mais modernos. Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e empreendedora.

**REQUERIMENTO N° 110**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder voto de congratulações ao Município de Campo Largo, pela comemoração dos seus 125 anos de existência.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 28.02.96

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Fundado em 1814, pelo coronel português Antonio Luiz, foi elevado a município em 1870 com o nome de Campo Largo da Pie-

dade, desmembrado de Curitiba. A comemoração do 125° aniversário de Campo Largo vem marcada pelo otimismo verificado no setor econômico, com a instalação de empresas e geração de empregos, principalmente na indústria da louça.

Mas lamentavelmente, Campo Largo vem sofrendo com a superpopulação própria dos municípios limítrofes às capitais, com déficit nas áreas de habitação e especialização de mão-de-obra.

Que esta data sirva não apenas para celebrar os 125 anos do município, mas também para homenagear todos os que, durante a história, têm emprestado seus esforços para construir Campo Largo, superar os problemas e melhorar a qualidade de vida da população local.

**REQUERIMENTO N° 113**

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que nos termos do artigo 55 da Constituição Estadual, remeta à Assembléia cópia autenticada de todo o processo de concorrência n° 005/95, promovido pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços médicos e psicológicos especializados na área de medicina de trânsito para realização de exames em todo o Estado para o DETRAN-PR.

Sala das Sessões, em 28.02.96

(a) EMERSON NERONE

**REQUERIMENTO N° 094**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de que sejam executados reparos nas Ruas G e A - Recanto dos Papagaios, devido as mesmas encontrarem-se intransitáveis. Os reparos solicitados são: passagem de máquina e colocação de saibro.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessas ruas e solicitam que o mesmo seja atendido o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 095**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua a Companhia Pa-

ranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de realizar uma manutenção nos fios elétricos da Rua Cid Campelo - Vila Nova Barigüi, localizada no bairro CIC, uma vez que lixos encontram-se pendurados nas fiações. São pedaços de papel, pipas, que se encontram presos causando curtos e estalos. A manutenção também se faz necessária nas travessas dessa rua.

O pedido está sendo feito pelos moradores da região, os quais encontram-se apreensivos que algum incidente mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, Carlos Affonso Teixeira de Freitas, solicitando que o Escritório da SANEPAR do Município de Guaporema, ora subordinado ao Escritório Regional do Município de Paraíso do Norte, seja subordinado ao Escritório Regional de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação deve-se ao fato de que está sendo criada a Microrregião, com sede no Município de Cianorte e as lideranças e a população de Guaporema estão reivindicando esta mudança, melhorando assim o atendimento e os serviços prestados.

Outra justificativa para este pleito é a questão do transporte para o envio de correspondência entre os Municípios de Guaporema e Paraíso do Norte, que é muito difícil e demorado, enquanto para o Município de Cianorte seria muito mais fácil e ágil.

#### REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado e Reinhold Stephanes Jr., Secretário de Estado da Administração, sugerindo para que seja feito um estudo para a concessão de aumentos salariais a todos os integrantes do Quadro de Funcionários da Polícia Militar do Estado do Paraná, visto a defasagem salarial, e os baixos soldos percebidos pelos integrantes daquela corporação policial.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) RENY BORSATTO

#### JUSTIFICATIVA:

Tem sido muito grande os apelos que

recebemos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, tanto por parte de oficiais graduados como de soldados, que reclamam dos baixos salários recebidos, visto os grandes riscos de vida que correm, por causa da violência com que são recebidos ao abordarem os marginais que vêm inclusive causando um certo pânico em nossa população. Como pode um policial ter coragem de enfrentar um marginal, sabendo que se alguma coisa de grave vier a acontecer, seus familiares estarão sujeitos a passar necessidades, pelo baixo valor da pensão que irão receber?

Todos os funcionários, sejam eles de qualquer órgão, só terão boa disposição para desempenharem suas funções, se forem bem remunerados, e o funcionalismo público tem pago um alto preço pela inflação causada por outros setores da sociedade.

#### REQUERIMENTO N° 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Engenheiro Ingo Henrique Hubert, Digno Presidente da COPEL, solicitando que essa autoridade estude a possibilidade de doar ou ceder em comodato, um veículo usado para o Conselho Comunitário Feminino de Londrina.

Algumas informações não oficiais indicam que a COPEL deverá renovar parte de sua frota de veículos e caso este pedido seja atendido, o veículo solicitado será utilizado para o transporte de doentes carentes, dentro do Programa Comunitário de Saúde, implantado, com grande sucesso, na região norte de Londrina, onde moram mais de 100 mil pessoas. O comando e responsabilidade desse Programa é do Conselho Comunitário Feminino.

A cessão desse veículo reforçará sensivelmente esse Programa Social, um dos mais arrojados e humanitários em andamento em todo o Paraná.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando a autorização de funcionamento do Curso Supletivo na Escola Estadual Maria Vidal Novaes, no Jardim Elvira, em São José dos Pinhais, neste Estado, que atenderá aproximadamente 250 estudantes.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) PÉRICLES MELLO



JUSTIFICATIVA:

O projeto para Implantação do Curso Supletivo na Escola Estadual Maria Vidal Novaes, em São José dos Pinhais, anexo ao presente, já foi encaminhado anteriormente à Secretaria de Estado da Educação, conforme protocolo nº 2.639.670-0.

Em reunião com a Direção da Escola e a comunidade interessada este Parlamentar constatou a necessidade e a motivação dos mesmos para a implantação do referido curso, que beneficiará aproximadamente 250 estudantes.

REQUERIMENTO N° 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um secador de cereais para atender pequenos produtores rurais em Pirai do Sul, neste Estado.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os pequenos produtores rurais de Pirai do Sul, produzem mais de 10.000 sacos de feijão que muitas vezes são vendidos por preço ínfimo devido à umidade, gerando prejuízos para os mesmos para o município e para o Estado.

A instalação do secador de cereais para atender os pequenos produtores rurais é uma reivindicação antiga dos mesmos já dirigida ao Governo Municipal e Estadual, infelizmente, até agora não atendida, conforme expediente do S.T.R. de Pirai do Sul anexado ao presente.

REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná reiterando apoio ao processo e metodologia utilizado pela COPEL durante a seleção de imóveis do programa de reassentamento das famílias de agricultores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(aa) NEREU MOURA

IRINEU COLOMBO

Apoiamto: Miltinho Pupprio, Beto Richa, Péricles Mello, Sâmis da Silva, Edno Guimarães, Antonio Belinati, Cezar Silvestri, Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colaço, Emerson Nerone, Luiz Accorsi, José Tavares, José Maria Ferreira e Walmor Trentini.

JUSTIFICATIVA:

O apoio ao processo de seleção de imó-

veis para o reassentamento de agricultores é um reconhecimento ao método democrático e transparente utilizado pela COI 3L com participação da Comissão Multi-Institucional para Seleção de Imóveis, composta por: Prefeitos, Deputados, IAP, Promotoria Pública, FETAEP, COPEL e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Iguaçu - CRABI.

REQUERIMENTO N° 102

Senhor Presidente.

Considerando que o DETRAN, através da Tomada de Preços 032/93, contratou a empresa Ação Informática Paraná Ltda para a "manutenção técnica preventiva e corretiva" cujo o contrato já sofreu o 3° aditivo;

Considerando que o DETRAN, através da Tomada de Preços 025/94, contratou a empresa Ação Informática Paraná Ltda, para a manutenção técnica preventiva e corretiva;

Considerando que o DETRAN, através da Tomada de Preços 032/93, contratou a empresa Itautec Informática S/A, para a manutenção técnica preventiva e corretiva cujo o contrato já sofreu o 4° aditivo;

Considerando que o DETRAN, através da Tomada de Preços 032/93, contratou a empresa Microsens Informática Ltda, para a manutenção técnica preventiva e corretiva, cujo contrato já sofreu o 3° aditivo;

Considerando que o DETRAN, através da dispensa de licitação, contratou a empresa CELEPAR para a prestação de serviços de informática e outros compatíveis ... cujo o contrato já sofreu o 3° aditivo.

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com as disposições regimentais REQUER, seja enviado pedido de informação, ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

- 1 - Como é possível através da mesma Tomada de Preços (032/93) contratar 3 (três) empresas?  
1.1. - Qual a explicação legal?
- 2 - Porque a contratação de 4 (quatro) empresas para a "manutenção técnica preventiva e corretiva"?
- 3 - Cópia de todos os contratos aditivos e dos pareceres que aprovaram-os, com as empresas: Ação Informática Paraná Ltda, Itautec Informática S/A, Microsens Informática Ltda e CELEPAR.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 111

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Le-



gislativo os pronunciamentos do Senhor Rubens Brustolin, por ocasião da posse da nova diretoria da Federação do Comércio do Estado do Paraná e da inauguração de SESC em Paranaçu.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

É com grata satisfação que trago para os Anais da Assembléia Legislativa estes dois excelentes discursos pronunciados pelo Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Rubens Brustolin, no último dia 15 de fevereiro. O primeiro, por ocasião da posse da nova diretoria da Federação e, o segundo, quando na inauguração das dependências do Serviço Social do Comércio - SESC, no Município de Paranaçu.

Colho a oportunidade para reafirmar a importância da presença do SESC em Paranaçu, fazendo-se presente numa região carente e junto a uma classe trabalhadora que merece atenção especial. Essa intervenção, que já é realidade, só é possível graças à ação da Federação do Comércio, presidida pelo Senhor Rubens Brustolin, que abriga 15 sindicatos de categoria patronal no Estado do Paraná.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 029/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos do Setor Itamarines, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Setor Itamarines, devidamente registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em 10 de julho de 1980, com Utilidade Pública Municipal n° 7863 de 05 de março de 1992, Certificado da Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS, n° 271, registro no Ministério da Fazenda n° 79.965.448/0001-08, abrange as vilas: Itacolomi, Jardim Maringá I, Jardim Maringá II, Santa Inês e Planta Boqueirão.

Entre as atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores do Setor Itamarines, mencionadas no Relatório Anual de atividades de 1994/1995, devemos destacar a participação de seu Presidente, Senhor Luiz Sérgio Ricetti, no Conselho de Segu-

rança do Alto Boqueirão e a luta pela construção de um Colégio Estadual no Jardim Maringá, atividades que destacam ainda mais os trabalhos comunitários desenvolvidos pela entidade.

A associação participa ainda de outros programas da Prefeitura Municipal de Curitiba, demonstrando estar credenciada ao título de Utilidade Pública Estadual do Paraná.

##### PROJETO DE LEI N° 030/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Roberto Werner Rocha, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Advogado formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, o Doutor Werner Rocha é, hoje, uma das mais privilegiadas cabeças do mundo jurídico paranaense. Especializado em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem dezenas de cursos e fez estágio em "Droit Civil" na conceituada Université Panthéon Sorbonne.

Dono de riquíssima cultura e invejável cabedal jurídico, proferiu palestras sobre Política Cafeeira; Tóxicos; Reforma Administrativa Federal; Direito Constitucional e Poder Constituinte. Ministrou aulas em Curso de Liderança Sindical; Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo; Curso para Procuradores de Órgãos Públicos Federais; Direito Usual e Legislação Aplicada, Organização e Técnica Comercial e Economia Política; Legislação pertinente ao Instituto Brasileiro do Café; Curso de Especialização para Advogados na disciplina de Direito Administrativo.

Licenciado pelo Ministério da Educação para lecionar a cadeira de Direito Administrativo em Faculdades de Direito em todo o território nacional, foi Professor de Estudo de Problemas Brasileiros; Direito Administrativo e Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito de Curitiba; Direito Administrativo na PUC/PR; Direito Administrativo e Direito Constitucional na Academia Policial Militar do Guatupê; Direito e Legislação no Curso de Secretariado da PUC/PR; Professor de Instituições de Direito Público e Direito Privado na Fundação de Estudos Sociais do

Paraná e Professor de Direito Administrativo na Escola de Magistratura do Paraná. Exerce as funções de Diretor da Faculdade de Direito de Curitiba e de Procurador Jurídico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Funcionário de carreira do Instituto Brasileiro do Café, é Advogado militante em Curitiba, onde presta assistência jurídica a empresas privadas.

Em congressos na área jurídica, presidiu painéis sobre Direito Administrativo; Fraudes Bancárias e Responsabilidade Civil do Estado. Tem diversos trabalhos publicados em jornais de grande circulação de Curitiba, versando sobre Direito Administrativo, Ensino Jurídico e Tóxicos. Fundador e membro efetivo do Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito; membro do Instituto de Advogados do Paraná e do Rotary Club Cidade Industrial de Curitiba.

Dirigindo a conceituada Faculdade de Direito de Curitiba, tem contribuído sobremaneira para formação de novas plêiades de advogados paranaenses que se destacam, sempre com brilho, nas diversas funções que abraçam. E serve para esses jovens como um verdadeiro modelo de cidadão a ser seguido.

É homem probo e íntegro, sobre cuja vida profissional, familiar e pública não repousa uma nódoa sequer, razão porque o indicamos para receber o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Nelson Tureck, é com satisfação que esta Casa recebe a visita do ilustre amigo Valmor Picoli, um dos Diretores do Banco do Estado do Paraná que nos traz as posições administrativas e funcionais daquela instituição.

Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subindo à tribuna desta Casa hoje, quero neste momento mais uma vez, como tantos oradores, como tantos Deputados desta Casa, vêm defendendo o nosso trabalhador, o nosso agricultor. Quero aqui deixar a minha solidariedade, o meu testemunho, Senhores Deputados, de coisas que acontecem e que nós não podemos ficar calados.

Estive na última semana, no Município de Rancho Alegre. É um município totalmente agrícola, um distrito que foi emancipado de Goioerê e que ali só tem o plantio de algodão. O exemplo também que estivemos participando de uma reunião no Farol, aproximadamente no Distrito de Água da

Fartura e nessas duas localidades, Senhores Deputados, quero aqui neste momento me dirigir aos Senhores para que esta voz deste Parlamentar, que vive junto com esse povo sofrido, com esse trabalhador, esse nosso agricultor, chegar ali e presenciar numa reunião, Senhor Alborghetti, aonde o pai chorando e a mãe chorando porque perderam a sua safra de algodão.

Nós não podemos nos calar e temos que gritar sim, bem alto, o nome da bandeira da terra brasileira, desse herói que sustenta a todos nós, porque nós estamos cansados de ver falar, não sei quem são os verdadeiros responsáveis do Governo Federal - para mim deve ser a equipe econômica - porque não adianta virmos aqui e fazermos as críticas ao nosso Ministro da Agricultura, porque se o nosso Ministro não tem dinheiro como vai se repassar o dinheiro para o Banco do Brasil, para que ele possa fazer o crédito agrícola? Deve ser problema de equipe econômica, porque não dá para agüentar mais, Deputado César Silvestri, vermos ali o nosso agricultor, o pequeno - o pior é aquele pequeno, sofrido, e que está deixando o interior e o Estado do Paraná - é um exemplo - é o Estado que mais exportou o seu povo.

Os nossos pequenos agricultores estão acabando no nosso interior e nós, que somos os Deputados do interior, Deputados-pé-vermelho, Deputados feijão-com-arroz, temos que defender esta classe, que é o agricultor de um alqueire, de dois, de cinco, de dez, de quinze, de vinte, de trinta, para que tenha o crédito agrícola para ele, para que aquilo que ele vê muitas vezes na televisão, que tem o dinheiro para sua safra, mas que vai ao Banco e não tem dinheiro. E nós não estamos aqui criticando o Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil também não tem culpa, porque se não vem dinheiro do planejamento, se não vem dinheiro da agricultura, como é que o Banco vai arrumar o dinheiro para o nosso agricultor?

E o que nós presenciamos ali, Deputado César Silvestri, Deputado Toti Colaço, é uma barbaridade, é de doer o coração da gente, ver esse agricultor tão sofrido, e ver esse agricultor sem respaldo.

É por isso que nós estamos agora na ansiedade e aguardando, já que não existe a verba do Governo Federal, nós estamos aí com a esperança do povo do Paraná, do pequeno agricultor, que é o projeto do Governo do Paraná, Projeto "Paraná 12 meses". Para dar um incentivo, para estender as mãos para esse agricultor, para que não fique só nas palavras, nas conversas, mas que se torne uma realidade, porque nós não podemos mais admitir uma pequena propriedade sendo vendida muitas vezes a preço de banana e depois vermos o nosso agri-

cultor muitas vezes na favela em Curitiba, em São Paulo ou lá no Rio de Janeiro.

Nós não podemos aceitar isso, e é por isso que estou aqui neste momento, mais uma vez defendendo o nosso agricultor lá no interior do Estado do Paraná, Senhor Presidente. Essas coisas não podem acontecer, aonde que está a justiça social? Nós todos somos responsáveis e temos que falar e é por isso que nós estamos nessa Casa de Leis, para aqui nesse momento defender aqueles tão sofridos do interior, para que tenham realmente todo o respaldo, que tenham toda a credibilidade e para que esse cidadão viva como cidadão brasileiro, respeitado, com dignidade, e que muitas vezes como cidadão brasileiro, respeitado, com dignidade, e que muitas vezes é enganado e que tem o seu dinheiro e que acaba não tendo.

Isso nós não podemos admitir, Senhor Presidente.

Eram essas as minhas palavras hoje, na tribuna dessa Casa, para defender aquilo que presenciei participando da reunião. Subo quantas vezes forem necessárias para defender esse nosso agricultor, porque nós somos do interior e temos a obrigação de fazer isso. E não só do interior do Estado do Paraná, mas também usando dessas palavras, desse microfone, para que vá até Brasília, para que nossos governantes, nosso Presidente da República, através da sua equipe econômica, tenham um pouco de carinho e realmente estendam a mão ao nosso agricultor, principalmente aqui do Estado do Paraná.

Obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre representante do vizinho Município de Ponta Grossa, Prudentópolis, o médico, amigo, Dr. João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Pois não, Senhor Presidente, Secretários da Mesa, Senhores Deputados.

O assunto hoje é que tivemos, enfim, uma reunião importante da liderança do PPB e houve a escolha do nosso líder, até numa disputa entre o antigo PPR e o PP, enfim tendo duas opções e no fim, por consenso, a escolha foi para o Duílio Genari que é o nosso líder do PPB.

Outro assunto que gostaria de comentar a respeito, é que tive a oportunidade e quero até deixar hoje a minha admiração pelo líder maior da Igreja Católica, que tive a oportunidade de ouvir na Hora do Brasil, ou após a Hora do Brasil, e achei importante que ele incita, ele desafia, fala a todos os católicos que participem mais da vida política do País, considerando que além dos deveres cristãos também é

importante que a vida política não seja esquecida pelos fiéis seguidores cristãos. E leva mais adiante, aonde também pede que todas as crenças se mobilizem no sentido de fazer uma melhor escolha, mais debates, em torno da vida política, da escolha dos cargos eletivos. Isso aí é a primeira vez que alguém que sempre conduziu a parte da Igreja com relação a simplesmente a ligação com as igrejas, paróquias, também se estenda a vida política, que assim poderão ter melhores escolhas dos nossos candidatos e até nós, como Deputados, também apoiamos, devemos apoiar, incentivar, para que seja melhor a nossa representação, haja mais credibilidade nos políticos atuais. E é importante que pessoas como o líder maior da Igreja, o Papa João Paulo II, faça esses pronunciamentos, derrube certas regras e faça com que mais gente atue na vida política. Importante também, o noticiário que também tem que ser mudado na Legislação, na Constituição, com o nosso Presidente Anibal Khury relatando, falando a respeito de mudanças na Constituições ou flexibilidade, enfim, alguma coisa que mude, alguma lei, como por exemplo a da reeleição.

Também, precisamos que essas pessoas que são formadoras de opiniões, também tracem alguma novidade, alguma questão, que nós, como Deputados, podemos tanto, que obedecemos as leis, também podemos alterá-las, flexibilizar, enfim, termos uma atitude, uma atividade maior no que queremos fazer e pretendemos e o povo do Paraná espera de nós.

Era isso que eu queria falar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos a tribuna nesta tarde, mais uma vez, Deputados Algaci Túlio, vejo hoje em todos os jornais do Paraná, a grande maioria dos jornais do Paraná, está estampada hoje, uma página inteira da mídia, em que o Governo do Estado aplica o seu plano de ação na educação, e aí percebemos que a mídia é muito boa, Deputado Algaci, mas lá em Ponta Grossa, hoje mesmo, recebíamos uma comissão de professores da Escola Estadual 31 de Março, onde eles nós contam que sobra sala de aula, excesso de alunos, turmas com mais de 40 alunos, e percebemos que falta professores, e falta também em outras escolas, como é o Colégio também de Ponta Grossa, Escola Pública de Ponta Grossa Regente Feijó, que também falta carteiras.

Gostaria que fosse comunicado ao Secretário do Estado que Ponta Grossa pas-

sa por essa necessidade de melhor equipamento e professores nas escolas públicas, e principalmente, está faltando professores, e como hoje vejo em todos os jornais, uma página inteira de mídia falando por educação, fico preocupado, se está fazendo propaganda e não tem, é sinal de que não tem realmente, não é Senhor Presidente.

E também gostaria de lembrar que, exatamente a 100 Km, daqui, indo pela rodovia, com destino ao Norte do Paraná, existe uma pequena mas gigante, fabulosa cidade chamada Ponta Grossa, e do seu lado, Senhor Presidente - o Senhor que é de Ponta Grossa também - existem várias pequenas cidades e essas cidades se denominam, todas unidas numa região chamada Campos Gerais, e a esses Campos Gerais, mais uma vez comparecer aqui nesta tribuna, para lembrar mais uma vez a Sua Exa. o nosso Governador do Estado do Paraná, Governador Jaime Lerner, que naquela cidade, naquela região, onde ele teve absoluta confiança do povo dos Campos Gerais, ainda não temos um cargo de 1º escalão no Governo do Estado, coisa que até hoje nunca deixou de acontecer.

No Governo Richa tivemos, no Governo Álvaro tivemos, no Governo Requião tivemos, no Governo atual não sei se esqueceram, às vezes acontece. O Governador muito preocupado! Tem muitos projetos a ser implantados, tem muitos problemas para resolver, de repente ele tenha esquecido que passou um dia em Ponta Grossa, sentou com as Lideranças e disse a eles: "Vocês, no meu Governo, serão lembrados". E eu estava lá, e lembrei-me agora, estava também nessa mesma reunião e as pessoas têm me perguntado: "Jocelito, por que só agora neste Governo, em que o Governo do Estado tem quatro Deputados de Ponta Grossa na Assembléia - dois que hoje são do Governo, antes tinha três, agora tem um a menos, por que não ganhamos um cargo de 1º Escalão?"

Falo para as pessoas: "Não sei!" Acho que o Governador esqueceu, está com muito serviço, está viajando muito para os Estados Unidos, aonde ele está indo buscar as verbas, para o "Paraná Urbano" e outros projetos que virão. Então, vamos dar um tempo para ele!

Vamos dar mais um tempinho aí, quem sabe agora, próximo as eleições, se veja lá no fundo do túnel uma esperança que se tenha um cargo para os nossos Campos Gerais. Campos Gerais que votou no governador, Campos Gerais que lutou, pessoas que participaram da campanha, pessoas que lutaram. Então gostaria de falar aqui, e vou falar todo dia, resolvi. Vou falar todo dia cobrar essa posição, até que um dia alguém diga para o governador: "Olha tem um Deputado lá que todo dia cobra o senhor, tem que dar uma resposta." Não deram

para nós, não desmerecendo ninguém, mas deram a Ponta Grossa, para cuidar das bananas, nós queremos um cargo de acordo com o respeito que a cidade deve ter.

Mas, acho que o governador vai lembrar-se.

Então, só quero cobrar, ficar lembrando, para que o povo saiba que nós estamos pedindo aqui, acho que não vai esquecer-se, tenho certeza de que não vai esquecer-se.

Mas, vou começar uma campanha, agora no mês que vem, vou pedir a população de Ponta Grossa, que comece a mandar cartas, mandar telegramas para o Palácio Iguaçu, lembrando ao governador "Ei governador, nós estamos vivos aqui em Ponta Grossa, os Campos Gerais está vivo, está firme". É isso que gostaria de lembrar.

Então, só quero lembrar, que daqui a 100 km, pegando a rodovia, pista dupla é rápido para ir ali - quiser ir de avião é mais rápido ainda, 10 minutos. Aqui é uma cidadezinha simples, bacana chamada Ponta Grossa, está faltando um cargo pelo merecimento da cidade. E como representante daquela cidade e daqueles pequenos municípios, gostaria mais uma vez de lembrar disso. E amanhã vou distribuir aos Srs. Deputados para encerrar, Sr. Presidente, uma cópia de um documento que recebi, muito importante, e vocês vão saber exatamente o que está acontecendo no Paraná. Amanhã, vou mostrar para vocês a cópia de um documento que recebi e que gostaria que os Srs. tivessem o prazer de ler, como já li.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ponta Grossa, o Sr. sabe, é 100 km daqui, uma cidade boa, e os Campos Gerais, cidades pequenininhas que acho que merecem pelo menos um alô, uma esperança lá no fundo do túnel.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia a presença do empresário de Cascavel, Sr. Aldemir Agenta, que é associado a esta manifestação pelo ilustre representante daquela cidade, daquela região nesta Casa, o Deputado, Prefeito Edgar Bueno.

Com a palavra o nosso amigo, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer a manifestação de apreço da Mesa Executiva, deste douto Plenário, pela minha pessoa e também em razão da minha presença nesta tribuna. Quero agradecer do fundo do coração as manifestações dos meus colegas e dizer que tenho todos na mais alta consideração, no lado esquerdo do peito e no

fundo do coração.

Mas, Sr. Presidente...

(Aplausos)

Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero apenas fazer aqui um registro de um fato ocorrido hoje, aqui na Casa, que acho não podemos deixar de registrar acontecimentos desta natureza. Até porque nós vivemos da divulgação, principalmente dos bons momentos e dos atos positivos que na sua maioria são praticados aqui por esta Casa. E é por esta razão que entendo que cada Deputado, toda vez que puder deixar registrado nos Anais e falar publicamente o que aqui acontece, acho que deve fazê-lo, na medida em que, individualmente, cada um de nós somos representantes de uma parcela significativa da população. E a ela devemos uma satisfação.

Tenho, particularmente, a minha carreira pública, o meu mandato parlamentar, a minha atividade política voltada à área da justiça, da cidadania, da segurança e do direito. E por isso mesmo, muitas vezes ocupo a tribuna para pedir, reivindicar e, às vezes, até tecer críticas. E muitas das vezes, como é agora, ocupo a tribuna para fazer um registro, um simples registro, um agradecimento, um reconhecimento de um Parlamentar que tem procurado saber reconhecer o comportamento das pessoas, das autoridades, em determinados momentos, em determinadas matérias, principalmente quando estas matérias ou estes momentos dizem respeito a interesses, a ansiedade, a expectativas antigas da nossa população.

Refiro-me a presença, hoje, nesta Casa, do Excelentíssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento. Sua Excelência vem com a sua determinação - aliás, a determinação é uma característica dos homens simples e dos homens humildes - ele aqui vem trazer mensagens para serem apreciadas por esta Casa, de profundo alcance para a justiça do nosso Estado. E dentre estas mensagens, gostaria destacar aquela que visa criar, que visa descentralizar as ações das execuções penais do nosso Estado. Quantas e quantas vezes nós bradamos desta tribuna para que este objetivo fosse alcançado?

E, felizmente, hoje, esta Casa recebe a materialização deste anseio e deste sonho. O Presidente encaminha à nossa análise, um projeto de lei que visa criar uma Vara de Execuções Penais em cada uma das cinco comarcas de entrância final do nosso Estado. Dentre elas, a nossa cidade de Londrina, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

E isso me gratifica sobremaneira, na medida em que Londrina, das cinco comarcas preconizadas do projeto deverá ser a pri-

meira, após a sua aprovação, a ter uma Vara de Execuções Penais instalada. Por que será a primeira, Londrina? E por que isto me gratifica? Exatamente pelo fato de termos tido a oportunidade, no Governo Roberto Requião, de construirmos e colocarmos em funcionamento a primeira penitenciária do interior do Estado do Paraná, na nossa cidade de Londrina.

A segunda será Maringá. Por que Maringá? Porque em Maringá, dentro dos próximos dias, o Governador Jaime Lerner estará inaugurando a segunda penitenciária estadual do interior do nosso Estado. Obra por nós iniciada e que o Governador está tendo a grandeza de concluí-la, em nome do respeito, da aplicação do dinheiro do povo do Paraná!

Na seqüência irá a instalação ocorrer na cidade de Foz do Iguaçu, que dependerá, pura e simplesmente, de uma adequação da lei, transformando a cadeia pública daquela cidade, em unidade prisional do sistema penitenciário paranaense. A partir do momento em que aquela unidade, que hoje funciona como cadeia pública, passar a figurar no sistema prisional estadual, ela também será contemplada. E para tanto, faço aqui um apelo aos Deputados de Foz do Iguaçu - ao Deputado Sâmis, ao Deputado Spada - que temos aqui, para alterar a lei que criou o sistema estadual de estabelecimentos penais e introduzir Foz do Iguaçu nesta nova realidade legal, para que, a partir daí, possa ser a terceira comarca de entrância final a ser contemplada com a instalação de uma Vara de execuções penais.

E na seqüência, Ponta Grossa e Cascavel, na medida em que estas cidades forem se adequando, se adaptando, cujo apelo também faço aos meus representantes aqui nesta Casa, para tomarem as providências nesta direção. E com isso então, o Projeto que hoje recebemos, de criação de cinco varas para estas cinco comarcas, será transformado em realidade, a partir do exemplo que se tem aqui, de Londrina e de Maringá.

Isso nos gratifica. Por quê? Porque a descentralização das execuções penais, em nosso Estado, vai fazer com que a população prisional paranaense, que é constituída, na sua maioria esmagadora, 99% de pessoas pobres, miseráveis, essa população passará a ter a justiça mais perto de si, passará a ter a justiça mais ágil, uma justiça mais célere, uma justiça mais justa! E com isso nós vamos minimizar, sem dúvida alguma, uma série de problemas históricos, de dívidas históricas que este Estado tem ao longo de sua existência, para com a população pobre do nosso Estado, que, lamentavelmente, é aquela que mais freqüenta as cadeias e as prisões do Para-

ná!

Por isso, trata-se de um projeto da maior relevância! A hora em que um presidiário - Deputado Toti Colaço, lá de Irati, porque o presidiário está em qualquer parte deste País, para ficarmos adstritos apenas a nossa Pátria - este homem cometer um delito, e a ele for aplicada uma pena de reclusão e a determinação de cumpri-la na Penitenciária de Piraquara, quem mais vai sofrer as conseqüências desta prisão, além evidentemente da vítima, quem vai sofrer as conseqüências é a família deste homem. Muitas vezes estas famílias acompanham o seu marido e se constituem em favelados, em pedintes, em menores abandonados. A exemplo do que acontece na Vila Macedo, em Piraquara, uma vila constituída, Deputada Irondi Pugliesi, somente de familiares de presos do interior do Estado. Que é tristemente, lamentavelmente, habitada por moradores do interior do Estado que vieram para cá para tentar uma utopia. Utopia tentar, na medida em que mais próximas de seus familiares, ajudá-los a minimizar o cumprimento de suas penas! E lamentavelmente esta ajuda não acontece, porque são pessoas pobres, despossuídas, que não têm referência!

E o que acontece é o que está acontecendo: favelas, vilas, bairros que se criam de pessoas desempregadas, carentes, humilhadas, o aguardo do cumprimento da pena de seu familiar. Então a descentralização da pena vai acabar com isso.

Lá em Arapongas, quando tiver um problema, a distância vai ser de Arapongas a Londrina; lá em Sarandi, a distância vai ser até Maringá; lá em Foz do Iguaçu da mesma forma; em Cascavel idem.

Em síntese é a justiça mais perto do cidadão e conseqüentemente, mais perto do segmento da sociedade que mais dela necessita, que é a população pobre.

Portanto, acho que nós temos que fazer esse registro, temos que destacar o trabalho, a dedicação do Tribunal de Justiça, na pessoa do Presidente Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento. E é por esta razão que venho aqui hoje, mais uma vez, fazer esse registro, numa demonstração de gratidão e também ao mesmo tempo fazer um apelo aos colegas que compõem as Comissões por onde esse projeto tramitará, no sentido da sua agilização, para não perdermos mais tempo e transformarmos esse grande sonho em realidade, que é o interesse da população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda agora, quando o Deputado Nelson Tureck fazia a sua exposição sobre os problemas graves constatados na sua região, que são na verdade problemas de todo o Paraná, refletíamos sobre a situação de injustiça generalizada que acontece neste País.

Lembramos então que Constituição Federal descreve como um dos direitos fundamentais do cidadão, o direito de acesso efetivo à justiça.

Lamentavelmente, no entanto, está aí, uma das principais falhas do nosso Estado moderno.

Gostaria de recordar que em agosto de 1995, esta Casa aprovou uma indicação por nós formulada, ao Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que remetesse para análise da Assembléia a nova Lei de organização e Divisão Judiciária.

Lembramos então a situação caótica da justiça e fizemos um alerta sobre as pesquisas de opinião que revelavam, em vários apanhados, o descrédito da justiça que estava em ponto crítico.

A partir daquela ocasião, iniciamos uma série de contatos com representantes do Poder Judiciário e hoje, com alegria, recebemos nesta Casa a visita do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, que nos trouxe algumas mensagens de lei que dão início a um projeto de reforma do Poder Judiciário.

É fundamental ressaltar que as mensagens hoje trazidas, apresentam um conteúdo prático extraordinário, que trará para o Estado do Paraná, uma expectativa de justiça efetiva.

Na conversa que tivemos, ouvimos de alguns companheiros aquela indagação se esta sistemática levaria a algum resultado, ou seja se as reformas agora propostas seriam realmente funcionais.

Posso afirmar, que se nós aprovarmos, nobres colegas, as reformas que aqui estão propostas, podemos estar tranquilos, podemos estar com a consciência tranquila de que realmente elas irão funcionar.

O Juizado Especial, o antigo Juizado de Pequenas Causas, vem de uma experiência bem sucedida, e agora é ampliado para atender não apenas as questões criminais, mas para aumentar aquilo que nós chamamos de Alçada de Atendimento.

E faz isso dentro de um plano, um plano muito bom porque cria a figura dos conciliadores, cria a figura dos mediadores que já existe informalmente aqui no Paraná nas Promotorias, e no Estado de São Paulo nos Juizados Informais de Conciliação.

A criação das Varas de Execuções Penais vêm trazer um novo humanismo ao Sistema Penitenciário do Paraná. E permitam lembrar, que desde os tempos de estudante



de Direito, que ouço falar na falência do Sistema Judiciário e especialmente do Sistema Penitenciário. No entanto, não temos conhecimento de nenhuma proposta de reforma como esta que está sendo realizada agora.

Gostaríamos também de louvar a atuação do Secretário José Tavares que, quando exerceu o cargo de Secretário da Justiça, foi que deu início a esses trabalhos de descentralização do Sistema Penitenciário.

Finalmente, ressaltamos também a importância da criação das novas Varas de Infância e Juventude.

Portanto, como nós que fizemos a cobrança, que fizemos a crítica ao Poder Judiciário do Paraná, nesse momento deixamos anotado aqui a nossa homenagem, não apenas ao Presidente Cláudio Nunes do Nascimento, como também aos ilustres Desembargadores, especialmente aos integrantes da Comissão Especial, encarregados da Reforma e manifestar a expectativa de que esta Casa aprove com a máxima brevidade possível, as mensagens aqui apresentadas e que o nosso Governador venha então a sancioná-las, para que o Paraná possa então inaugurar um novo tempo de efetiva justiça.

Temos certeza que com isso, companheiro Nelson Tureck, poderemos corrigir muitas das barbaridades políticas que hoje nós nos defrontamos.

Vamos então aprovar essas medidas, que com toda a certeza nos auxiliarão a desenvolver a nossa missão em função do povo pobre, do povo carente do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem pela manhã tivemos o prazer de assistir ao programa nacional do Partido dos Trabalhadores do circuito fechado, que tratou da questão da educação no nosso País.

Não tenho dúvida que o nosso Partido ainda é um dos instrumentos da resistência a esse modelo avassalador neoliberal que tenta destruir os valores mais sólidos que a humanidade levou séculos e milênios para construir num momento em que a economia se distancia cada vez mais da sociedade, da política, a educação parece que deixa de estar vinculada às questões sociais, para se vincular diretamente aos objetivos econômicos que se reduzem no mundo neoliberal, as perspectivas da eficiência, da eficácia, do lucro privado sem nenhuma dúvida.

E é assim que a educação se transforma, é assim que o processo educacional de seres humanos é comparado à produção em série de mercadorias.

E palavras chavões do capitalismo como eficiência, eficácia, produtividade, passam a freqüentar os principais livros sobre educação, inclusive sobre saúde.

Todo o programa do Governo Fernando Henrique se ajusta nesses princípios e não tenho dúvidas hoje que o Governo Jaime Lerner no Paraná, é o Governo mais adiantado na implantação rápida dos princípios neoliberais na educação em nosso Estado.

Essa concepção equivocada do processo educacional se sustenta primeiro no chamado livro didático, sem fronteiras, sem lugar, como se todas as pessoas em qualquer lugar do mundo pudessem ser padronizadas como número, onde não se resgata as experiências singulares riquíssimas de cada canto desse País.

O segundo ponto que sustenta tal projeto é a chamada qualificação dos professores, que mais parece um treinamento, me desculpem, de animais.

E o Governo tem a petulância de divulgar nos principais jornais do Estado que treinará, qualificará mais de 2 mil professores numa semana em Faxinal do Céu.

O professor precisa, isso sim, de um processo de qualificação permanente que resgate a experiência vivida desses professores, de cada professor, em cada experiência em sala de aula, em cada escola, em cada cidade, em cada bairro do Paraná.

Mas não treinamento de pessoas em série, como se faz numa fábrica e se chama isso de qualificação profissional, que não qualifica absolutamente nada, prepara, isto sim, o professor para uma chamada produtividade, eficácia, eficiência, qualidade total, que nada mais é do que a produção em série de uma educação, voltada não para finalidade última da sociedade e do ser humano, que é se desenvolver.

Não a educação como elemento autônomo que projeta o futuro diferente e melhor para a humanidade.

Mas, educação como meio. Essa era a grande questão colocada por nosso Governador do Distrito Federal.

Para o neoliberalismo a educação é um meio, para o PT, a educação é um fim em si mesmo.

Porque ela é construtora da humanidade, dos seres humanos.

Para o neoliberalismo a educação é apenas um meio, a educação é subordinada a economia e a economia é subordinada a interesses particularistas do grupo privado. É por isso que assim é que se fabrica uma qualidade em educação.

No Paraná, segundo esse princípio, as salas de aula estão super lotadas. Salas



de aula de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries com 50 alunos, faltando carteira, é a produtividade, são os números que valem e não a educação real para as nossas crianças. O governo ostentará números belíssimos; tantas crianças concluíram o 1.<sup>o</sup> grau, assim por diante, como se isso fosse um processo educacional verdadeiro.

Porque não qualifica, treina ao contrário os professores, entope as salas de crianças e elas não têm um resultado com qualidade verdadeira.

Mais que isso, um País como o nosso, que não repassa a verba à educação, países muitos pobres como na África, usam mais um percentual maior do seu produto bruto para a educação do que o Brasil. No entanto, o nosso Governo repete o refrão do Senhor Fernando Henrique, dizendo que "dinheiro não existe mais, o que falta é saber como trabalhar esses recursos".

E tem a petulância de colocar num documento dirigido aos professores que eles só terão aumento, na medida em que economizarem recursos, diminuindo professores e o número de funcionários das escolas. E tenta fazer isso, mas felizmente não consegue.

Fomos procurados no recesso Legislativo, por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, desesperados porque o Secretário, o governo dizia que iria demitir.

Dos 15 mil servidores, 6 mil iriam ficar no olho da rua. Num processo de crise profunda, de recessão, de desemprego como nosso, um ato duro e cruel contra esses trabalhadores.

Conversamos com o Secretário pelo telefone, e ele nos disse que exatamente isso iria acontecer.

Que o parâmetro que se baseava para demitir e para permanecer funcionários em sala, é o parâmetro de turmas e não de alunos.

E dizia o seguinte: "Pelos nossos parâmetros de produtividade, de racionalidade, de eficiência, de eficácia, teremos os chamados auxiliares de serviço geral, ou seja, a zeladora, a merendeira, o inspetor de escola."

O parâmetro que vai nos fazer nomear esses funcionários é o seguinte: um inspetor de escola para cada vinte turmas; para cada vinte turmas por turno numa escola, um inspetor de escola para cuidar dos alunos; para cada trinta turmas por turno, uma merendeira e para cada dez turmas por turno, uma zeladora. Os funcionários chamados auxiliar de administração, seria um funcionário para cada seis turmas por turno."

Quando estivemos em Ponta Grossa visitando os professores, os seus planejamentos, antes do começo das aulas, os profes-

sores ficaram estarelecidos com tal número, e, felizmente houve uma assembléia em Foz do Iguaçu, do sindicato, e o nosso apelo junto ao Governo fez com que o Secretário recuasse dessa demissão absurda; e esperasse para fazer concurso em maio, quando então, um novo processo de discussão estabelecerá novos parâmetros, para que não aconteça esse verdadeiro crime contra os funcionários da Educação em nosso Estado.

Não bastasse isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Assembléia acaba muitas vezes se curvando a esta concepção do processo educacional. Quando juntamente com a Bancada do PT, apresentamos neste Plenário uma emenda de nossa autoria, a pedido da APP Sindicato, tratava-se de uma reivindicação histórica da APP, para que os professores concursados fossem contratados, recebendo pela maior qualificação. Essa emenda foi rejeitada em plenário por dois votos, onde fechou a questão a Bancada do PDT, a Bancada do PFL e tivemos alguns votos do PMDB, do PSDB e do PT.

O que acontece? O paradoxo permanece. Um professor CLT com contrato temporário, se fizer concurso para ser efetivo, passa a ganhar menos, do que ganhava antes com contrato temporário. Isto é um absurdo. Isto faz com que muitos professores, mesmo aprovados no concurso, se recusem a se estabelecer no Estado em regime permanente. Mas, nossa emenda foi rejeitada por este Plenário, pelas ordens do Senhor Governador.

E o que aconteceu? O Governo que dizia em alto e bom som, que não ia mais ter professores celetistas em contrato temporário, foi obrigado a contratar novamente, e isso provocou atraso, problemas no início das aulas, com falta de professores, salas cheias de alunos. Se nós tivéssemos aprovado esta emenda, tenho certeza que, modestamente, este Plenário estaria contribuindo para melhorar a qualidade de ensino no nosso Estado, e com sua educação voltada a construção da humanidade e do ser humano que possa evitar com autonomia, a transformar essa sociedade cruel que nós vivemos.

Por isso, o programa do Partido dos Trabalhadores de ontem mostra um novo caminho, essa busca incessante de um novo caminho, onde o processo educativo tem uma margem de autonomia relativa em relação as instâncias econômicas, e a educação é encarada com finalidade útil de uma sociedade. É um dos momentos essenciais da constituição de uma sociedade nova, é o processo da educação com autonomia, uma ciência autônoma, voltada a produção de novos conhecimentos, e não uma educação completamente submetida aos padrões colocados para o nosso País, que é a submissão internacional aos grandes grupos econômi-

cos e ao neoliberalismo sem autonomia.

Esse é o projeto neoliberal para a educação. Assim se destrói os cursos técnicos, e se começa a fazer isto no Paraná. Aprovamos empréstimo da ordem de duzentos milhões de reais para o curso técnico. Que curso técnico será este? Um curso técnico que prepara apenas mão-de-obra segundo interesse das empresas regionais, e não prepara um técnico capaz de construir uma nova tecnologia, independente dos interesses particulares e imediatistas de empresas que hoje existem e amanhã não existem mais, e que, estão na maioria, submetidos ao padrão de acumulação, a um padrão de tecnologia internacional.

O Partido aponta para um novo caminho. O Partido dos Trabalhadores entende que, se o Brasil quer se autotransformar num país solidário, mais justo, mais fraterno, é necessário investir mais recursos na educação, pagar melhores salários para os professores, entender a educação como um processo de libertação e de autonomia de um povo. Por isso, nós pregamos a capacitação permanente dos profissionais da educação, um salário digno, e pregamos a escola com o centro da cidadania, em cada bairro deste País, de norte a sul a escola será um centro, onde os pais dos alunos convivem, os trabalhadores que moram no bairro, as crianças, os professores, os diretores gerindo a escola democraticamente, e constituindo uma nova cultura para aquele local.

Essa é a chamada democracia, a gestão democrática do PT propugnada. Nossos governos dão exemplo de nossa luta. Em Brasília, Cristóvão Buarque, estabeleceu o programa de renda mínima aquelas famílias pobres que têm crianças nas escolas. É um programa simples; cada família cuja renda média individual, seja menos de 1/2 salário mínimo. Um exemplo: uma família de quatro pessoas que ganha menos de 2 salários mínimos. Cada criança colocada na escola dos 7 aos 14 anos, essa família receberá 100,00 (cem reais por mês), desde que a criança não falte mais de duas aulas por mês. São de mil crianças em Brasília, recebendo para estudar.

Quando perguntaram ao Cristóvão Buarque, se isso não é clientelismo, respondeu: "Não posso chamar assim, porque quando nós pagamos para um cientista estudar na França, dois mil dólares por mês, ninguém diz que é clientelismo. Agora, permitir que crianças pobres possam estudar, ou pagar uma bolsa, não. Isso é um processo de constituição de uma nova cidade, de um Estado, de um novo País. Mas mais que a bolsa educação, Cristóvão Buarque cria em seu governo o governo do Partido dos Trabalhadores - a Poupança Educação.

A criança entra na escola e a cada ano

ela tem poupado, colocado em uma caderneta de poupança em seu nome, cem reais. Mas ela não pode retirar. Quando chegar na 4.<sup>a</sup> série, ela tem quatrocentos reais. Assim, quando chegar na 4.<sup>a</sup> série, para incentivar que ela estude, retira duzentos reais e reserva duzentos reais, para continuar na 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup>. Quando chegar na 8.<sup>a</sup> série, tem mais quatrocentos, com duzentos que sobrou são seiscentos, ela pode retirar trezentos e conservar trezentos para o 2.<sup>o</sup> grau. Claro que, com um pouco de boa vontade, podemos dar prioridade ao nosso País e ao nosso Estado. Mas claro, desde que o governo não prefira vender o patrimônio público, a baixíssimo preço, como este que quer fazer com que as ações da COPEL. O governo ao invés de investir em educação, não gaste bilhões de reais para salvar a economia falida de bancos privados, que faliram para dar incentivo aos grandes grupos privados nacionais e internacionais. Desde que não use recursos - bilhões de reais - do Tesouro Nacional, para sustentar grandes fazendeiros que não pagaram as suas dívidas, quando falta dinheiro para o pequeno produtor, para a educação e para a saúde.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi com grande alegria que nós, da Bancada do PT, acompanhados de professores, representantes de Reitores de Universidades, da APP Sindicatos - Sindicato dos Servidores - assistimos ontem o programa do PT, com uma grande esperança: que ainda existe uma luz, uma estrela apontando um novo caminho para o nosso Brasil e o nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedemos a palavra ao último orador inscrito do Pequeno Expediente, que é o Deputado José Ferreira, alertando que concedemos o Horário do PT à ilustre e elucidativa palavra do Deputado Péricles de Mello.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Antes de iniciar a nossa fala, gostaria que a Mesa fizesse registrar nos Anais, a presença do Diogo, ex-vereador pela Cidade de São Pedro do Ivaí, que muito lutou no passado e continua lutando, pela organização da sociedade e do nosso sistema democrático. Parabéns Diogo, que a sua presença só nos engrandece pelo seu passado.

Senhor Presidente, normalmente quando um Deputado, um político, vem falar de Educação, vem falar reclamando dos baixos salários dos professores, da péssima condição da qual desfruta o nosso sistema educacional. Nas duas sessões anteriores o

Deputado Jocelito Canto teve um requerimento rejeitado pelo Plenário desta Casa, no sentido de convocar o seu Secretário Ramiro para que aqui estivesse para falar da educação do Estado do Paraná. E se olharmos hoje os jornais, observamos a imprensa, vamos ver que o pedido do Jocelito era procedente, porque o Governo - não para achincalhar - não para cobrar aqui o Secretário Ramiro - para demonstrar a população e a sociedade, a preocupação desta Casa com relação ao processo educacional paranaense. Nós estamos ouvindo na imprensa, com grande propaganda, com grande "marketing", que o Paraná resgatará o seu sistema educacional. Estamos ouvindo que o Paraná reciclará todos os seus professores, oferecerá melhor educação, oferecerá melhores condições para que tenhamos os filhos dos trabalhadores melhores educados e com condição de concorrer e de participar com condições de igualdade com os demais membros da sociedade. Mas me preocupa muito, quando vejo um Secretário que faz uma pregação desse nível e vem impor ao sistema educacional paranaense, um metro quadrado por aluno: numa sala de 48 metros, constará 45 alunos e o professor.

Ora, quase que não se tem espaço bem para circulação! Vem este Secretário, que nós não contestamos a sua política de reforma, porque ainda não conhecemos e aqui nesta Casa ele não veio dizer.

Por isso, nobre líder do Governo, Algaci Túlio, esperamos que mesmo sem convocá-lo, V.Exa. faça um convite ao Secretário Ramiro e ele possa comparecer a esta Casa aqui prestar os esclarecimentos que não só nós, mas a sociedade, preocupada com a educação, precisa conhecer. Saber se temos condições de, efetivamente colocar 45 alunos numa classe de 43 metros quadrados; se nós teremos condições de avaliar, pontualmente, os alunos e aqui só gostaria de fazer um exercício de aritmética: um professor de biologia que tem uma aula por semana numa classe e terá que avaliar 45 alunos ao final do mês ele terá que fazer avaliação em 1.800 alunos.

Ora, Senhores Deputados, ora, Senhora Deputada, é humanamente impossível e não pode ser com esta proposta, com esta política, que haveremos de fazer o resgate da educação do Estado do Paraná. Não falamos em salário, mas falamos em condições de exercitar o magistério a nível de que possamos estar produzindo nas nossas escolas, alunos que possam oferecer um futuro.

Consciente está a Secretaria da Educação, na sua não sei afirmar se é propaganda ou se é um "marketing" - mas ela afirma que só a escola haverá de resgatar para o progresso e o desenvolvimento sustentado e continuado, e que uma sociedade desenvolvida e avançada no progresso, a base da

educação não retroagirá. Não sei se estamos caminhando por esses caminhos. Tenho dúvidas sérias, Senhor Presidente. Daí entender necessário, urgente, a presença do Secretário Ramiro nesta Casa e que possa não ser convocado, mas que venha a convite do líder do Governo, e se isso não puder ser possível, peço ao Presidente da Comissão Permanente da Educação, que faça o convite ao Secretário para que ele venha expor e nós, os Deputados, aqueles a quem o povo do Paraná depositou confiança e responsabilidade para que fizéssemos o acompanhamento da ação governamental, pudessemos ter consciência.

Ora, nós aqui votamos, ainda na Legislatura anterior, o empréstimo de cem milhões de dólares para o ensino fundamental e em 95 - votamos autorizando o Governo do Estado a tomar empréstimo na ordem de cento e cinquenta milhões de dólares, para que pudesse ser aplicado no ensino de segundo grau. Se com todo esse recurso, se com toda essa máquina que o Governo terá a partir desses recursos, ele ainda precisar colocar 45 alunos numa classe - não se tem hoje, carteiras escolares - vamos passar o mês de março sem carteiras escolares, com problema de contratação de professores e faço isso porque nós, aqui, no final de setembro, alertávamos o Governo e alertávamos a Liderança que, com a redução do quadro de professores, de 14 mil para 10 mil 810, um Projeto votado nesta Casa, teríamos dificuldades para iniciar o exercício escolar de 1996 com regularidade.

Por isso, Sr. Presidente, entendemos que o governo tinha, de sobra, já conhecimento. E hoje ele contrata auditorias para fazer fiscalização nas escolas. Ele tem, se não bastasse, uma situação precária com relação aos professores. Temos, também, com relação ao quadro de apoio. E é necessário a presença do Secretário, nesta Casa, para que conheçamos integralmente a situação e até para apoiar a sua política ou para dizer que ela precisa de reforma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PTB, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estive analisando os pronunciamentos do Deputado José Tavares, do Deputado José Maria, do Deputado Péricles, e cheguei à conclusão que não sei para que serve o Parlamento do Paraná, os Parlamentos brasileiros: se é só para gritar, se é só para lançar idéias.

Quero fazer uma reflexão: em Londrina, o Dr. Wilson Moreira quando foi Prefeito, construiu uma Escola Total que, até hoje, ninguém falou no Brasil. Só falaram das escolas do Leonel Brizola. O Dr. Wilson Moreira construiu uma escola em Londrina que se chama Escola Total. Eu que coloquei a palavra "Total". Porque é uma escola que tem Psicóloga, Assistente Social, Professora de Educação Física - minha senhora também participou dessa Escola, ela dava aula de voleibol para as crianças. Minha senhora é professora de Educação Física - e ninguém fala nesta grande obra que o Prefeito Wilson Moreira fez.

O Deputado e Prefeito Antônio Belinati construiu em Londrina - pasmem os Senhores - a maior creche do Brasil que daria para abrigar todas as crianças abandonadas de Londrina, de Ibiporã, de Cambé, de Rolândia e de Assaí. E ninguém fala absolutamente nada! Nada! Ninguém está preocupado, como o Senhor se preocupou na época, de fazer aqueles conjuntos habitacionais, naquela avenida que divide Ibiporã do transmissor da Rádio Tabajara, que o Senhor fez aquelas casas populares decentes, que o Senhor passa ali e é tudo limpo, entendeu, ninguém se preocupa.

Aqui na Capital do Paraná, o Prefeito Rafael Greca e assim como outros Prefeitos, como o Deputado Edno, tantos outros que já foram Prefeitos, já fizeram obras. Aqui na Capital, o Prefeito Rafael Greca construiu a Casa de Maria - Deputado José Maria, gostaria até de um dia levar o Senhor lá que é um projeto meu e do Deputado Rosinha, eu que estou há mais anos aqui nesta Casa, e é uma luta minha quando fui Vereador em Londrina, a Casa de Maria, no projeto do Dr. Rosinha leva um outro nome. O Dr. Rosinha lutou tanto neste Parlamento, lutamos, debatemos, etc, ninguém quis se preocupar com o projeto do Deputado Rosinha, ninguém quis se preocupar com o meu projeto, criando a Casa de Amparo à mulher espancada e violentada nos seus direitos. O nome que o Senhor dava à casa era Casa da Vivência, não é? Era Casa da Vivência - viu, Deputado José Maria - e eu criei a Casa de Amparo à Mulher Espancada.

Quando a Deputada Irondi estava aqui no primeiro mandato, que acompanhei a Deputada Irondi na Constituição nós participamos na nova Constituição do Paraná - a Deputada Irondi foi a única Deputada do Estado do Paraná, participei de algumas emendas da Deputada Irondi, junto com o Deputado Haroldo, na preocupação da Delegacia da Mulher no Paraná. Foi uma luta, diga-se de passagem, da Deputada Irondi Pugliesi, minha particular amiga, neste Parlamento, mas ninguém se preocupa, ninguém dotou a Delegacia da Mulher de uma psicóloga, de uma assistente social, de

viaturas, ninguém dotou nada.

Agora há pouco cheguei aqui no meu gabinete - Deputado Edno - e abracei uma senhora - Deputado Miltinho - abracei, é uma assassina, ela matou o marido esta semana aqui na Capital, dormindo. Matou dormindo. Matou dormindo mesmo. Abracei, choramos juntos, etc, emocionei-me com a história dessa Senhora - Deputada Irondi - porque o marido batia nela cedo, na hora do almoço, na hora da janta, na hora de deitar. Ela ia à Delegacia da Mulher e não tinha uma psicóloga, não tinha uma assistente social, não tinha uma viatura, e ela ia à Casa de Maria, do Prefeito Rafael Greca, não tinha vaga. Falei "aí está o projeto meu, do Alborghetti, criando a Casa de Amparo à Mulher, aí está o projeto do Deputado Rosinha, aí está o sonho do Deputado Tavares quando era Secretário da Cidadania e da Justiça". Debati muitas vezes com V.Exa. a respeito de se criar uma casa para se amparar a mulher.

Pois bem, agora há pouco conversei com ela, abraçamo-nos, e falei: "por quê você matou o seu marido?" Deputado José Maria, eu perguntando para a assassina que estava no meu gabinete. Agora, encaminhei, dei a ela um advogado para acompanhá-la, ela vai responder em liberdade. Ela falou: "Deputado Alborghetti, eu apanhava de manhã, apanhava à tarde, apanhava à noite, e se não bastasse, ele se masturbava na frente dos meus filhos". Brincadeira, não é, Deputado? Brincadeira. E ele chegou à noite ela fez o arroz, fez o feijão, e fritou uns ovos e colocou na mesa. Ele meteu o pé na mesa e disse que aquilo não era comida e disse que ia matá-la naquela noite. Aí ela falou: "bom, ou eu vou morrer ou os meus filhos. Então, ao invés de eu ou os meus filhos morrerem, eu vou matá-lo". E ela realmente matou para não morrer. Aí eu perguntei a ela: "por que a senhora cometeu este assassinato? Ela falou: "Deputado eu fui à Delegacia da Mulher e não obtive o amparo. Eu não tinha uma psicóloga para falar comigo, não tinha uma assistente social para falar comigo, não tinha uma viatura, eu fui, fiz a queixa, quando terminei de fazer a queixa ele já estava me esperando na esquina e apanhei de novo dele".

Ah, não há quem agüente, não há quem agüente!

Aí, pedi para a minha equipe ir à Delegacia da Mulher fazer uma matéria e só tem a Delegada lá. Não tem o meu projeto que foi aprovado aqui criando a Psicóloga, a Assistente Social nas Delegacias de Polícia com suas respectivas viaturas, não tem a Casa de Amparo à Mulher Violentada. Então fico pensando na creche que o Deputado - na época Prefeito - Antônio Belinati fez em Londrina, ninguém falou nada. Na

Escola Total que o Prefeito Wilson Moreira fez, na Casa de Maria que temos na Capital do Estado. Por que, meu Deus, não colocarmos em prática o meu projeto, o projeto do Dr. Rosinha - tanto faz - aqui o projeto é de todos, colocar em prática para abrigar as mulheres que são violentadas.

Essa é a minha revolta nessa tarde; será que é difícil, meu Deus do céu. Até quando a mulher negra ou branca, a mulher pobre vai ser sacrificada, espancada, violentada nos direitos, com tanta psicóloga - Deputada Irondi, já lhe darei um aparte - que é formada na Universidade de Londrina, psicóloga formada aqui nas Universidades e não tem emprego. Conheci um psicólogo que está vendendo cachorro-quente porque não tem emprego. Puxa, porquê não ocupar uma assistente social em todas as Delegacias de Polícia do Paraná? Por que não ter, se nos Estados Unidos tem? Aí dizem: "Alborghetti, você tem idéia de primeiro mundo". Mas nós vamos viver no terceiro mundo a vida inteira, Deputada Irondi? Nós vamos viver no terceiro mundo abandonados a vida inteira?

Com aparte a Deputada Irondi Pugliesi.

A Sra. Irondi Pugliesi - É importante o assunto que o Senhor aborda nesse momento aqui, principalmente porque nós estamos na 4.<sup>a</sup> Conferência da Mulher em Beijim, discutimos essa questão da violência contra a mulher, que é muito grande no mundo todo, e se chegou a conclusão - e os Países signatários concordaram - que a violência contra a mulher foi considerada violência contra os direitos humanos. Quer dizer, os direitos da mulher têm que ser considerados juntamente com os direitos humanos. E isso é muito importante que seja dito, porque até que enfim, depois de longas décadas de luta, nós mulheres conseguimos chamar a atenção do mundo para essa violência, que é uma coisa muito gritante, e como é uma coisa que acontece com as mulheres, fica em segundo plano. Então, é importante salientar isso, e é importante salientar que vamos entrar agora também com uma lei, aqui na Assembléia, regulamentando um artigo da Constituição - que nós trabalhamos juntos na Constituinte do Estado do Paraná - que cria as Delegacias da Mulher nas microrregiões do Estado, e o Serviço de Atendimento à mulher nas cidades circunvizinhas, pertencentes àquela região administrativa do Estado, para que haja esse atendimento à mulher de acordo como o Senhor mesmo colocou, Sr. Deputado, porque a mulher não tem realmente onde recorrer.

Tive no meu gabinete esta semana, um atendimento a uma professora concursada do Estado em que ela separou-se do marido e que ele, além de agredí-la, ameaça-a, faz

chantagem e ela não tem nem coragem de fazer a solicitação dos recursos que ele tem que conceder para os filhos, que é a pensão alimentícia. Então você veja, uma professora, com medo da agressão física do seu marido, da chantagem, imagine uma mulher que não tem a mínima cultura, que é o que acontece na grande maioria da nossa população.

Então, acho que é importante que tomemos à frente esse tema, principalmente na próxima 5.<sup>a</sup> feira, que nós solicitamos junto à Presidência uma Sessão Solene em homenagem ao 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta da Mulher, e que gostaria de ter os Deputados companheiros aqui presentes para que usem da palavra, e que tenhamos mais uma vez a oportunidade de usar esses microfones e usar a importância dessa Casa para falar de um assunto tão importante como esse.

E além da violência, falarmos da saúde da mulher, desse atendimento a todas as fases da sua vida, desde o nascimento até a terceira idade, passando pela idade da procriação - que é muito importante, quando as doenças mais acontecem em relação a mulher e falando dos seus direitos de um modo geral.

Então nessa 5.<sup>a</sup> feira, 8 de março, será importante a presença dos companheiros aqui, e fico muito feliz que mais uma vez o nobre colega possa falar nesta Casa de um assunto de extrema importância, que diz respeito a maioria da população do nosso Estado.

O Sr. Péricles de Mello (Aparte - Assentimento) - Só quero cumprimentá-lo, Deputado Alborghetti. O Senhor toca num tema de extrema importância, e dizer o seguinte: estamos com um projeto na Assembléia criando serviço social nas escolas. O Senhor falou em assistente social, acho que me disponho a assinar junto com o Senhor um projeto autorizatório desta natureza, criando serviço social nas delegacias. Acho de extrema importância esse aspecto que o Senhor abordou.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para encerrar, Senhor Presidente. Tanta psicóloga desempregada...

Não quero aqui, me perdoe, não sou capacho de nenhum dos Senhores aqui, estou aqui falando na frente, na presença do Deputado Antonio Belinati, não estou falando pelas costas o Prefeito Wilson Moreira, mas acho uma sacanagem, acho que é falta de vontade política.

O Deputado Antonio Belinati construiu a maior creche do Brasil, Deputado Luiz Carlos Zuk. Deputado Tavares, o Senhor é testemunha que temos a maior creche do

Brasil, nem o Leonel Brizola fez isso! Não vem me dizer que fez, porque não fez.

E o Deputado Wilson Moreira, com todo o respeito que tenho ao ilustre Parlamentar e Prefeito, construiu a Escola Total em Londrina, não estou falando isso, ninguém dá importância, porque não tem vontade política de se fazer as coisas. Porque é que o Prefeito Rafael Greca construiu a Escola de Maria, porque que o Deputado Luiz Cláudio Romanelli criou uma série de casas, de "kits", de casas para os menos favorecidos.

Meu Deus do céu! O que falta neste País? Não é vontade política de trabalhar, não é vontade?

Conversava semana passada com o Deputado Luiz Cláudio Romanelli - eu lembro, não posso passar em branco aqui - um "kit". Se uma pessoa tiver um terreninho, o Deputado Romanelli tinha um "kit" completo para dar para a pessoa, pela importância ínfima de R\$ 500,00 reais, o "kit" para fazer dois cômodos em uma casa. Isso chama-se vontade política de trabalhar, Deputado Romanelli. Era o seu sonho e é o sonho.

Então, todos nós temos sonhos. Agora, fico magoado quando se vêm aqui, vejo tantas psicólogas desempregadas, tantas assistentes sociais desempregadas, e criei um projeto de relevante importância para o Estado e, lamentavelmente, ele não é colocado em prática, porque o Brasil não é País de primeiro mundo. É lamentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente queria parabenizar o Deputado José Tavares. O Deputado fez um pronunciamento muito importante, de uma área tão crítica, tão delicada, que não dá voto, mas que talvez seja uma das áreas mais relegadas deste País, que é o sistema carcerário, o sistema das nossas penitenciárias, e o Deputado Tavares tem uma vida toda dedicada a que se dê justiça a esta área tão importante.

E nesta tarde, gostaria inclusive, de dizer a esta Casa que por obra, por luta do Deputado José Tavares, o Governador Jaime Lerner, pela informação que nós recebemos, vai mandar retirar da penitenciária construída no Distrito de Tamarana, 1.200 toneladas de agrotóxicos que oferece o maior risco, o maior perigo à saúde da população do Paraná.

É um produto proibido, um produto cuja comercialização está proibida, e o Deputado Tavares levantou esta bandeira, o produto foi apreendido, custa caro, o Governo

vai ter que investir mais de um milhão de dólares ali, mas é uma vitória do Deputado Tavares, a retirada desse agrotóxico, que tem colocado em risco milhares de pessoas que moram ao seu redor.

Parabéns, Deputado Tavares.

Senhor Presidente, gostaria de enaltecer nesta tribuna, uma jovem liderança que está consolidando uma grande base eleitoral, fruto do seu trabalho, da sua inteligência, da sua dedicação a este mandato, que é o Deputado Beto Richa, cuja amizade é anterior até ao casamento de Dona Arlete e do seu querido pai, José Richa. Sempre brinco, inclusive, que tivemos oportunidade até de carregar no colo, quando bebê, o Beto Richa, e hoje ele é nosso companheiro, nosso Deputado. E temos visto sempre a preocupação do Deputado Beto Richa, com as mais diversas áreas do nosso Estado.

Venho à tribuna, para antecipar ao Deputado Beto Richa, com clareza, a minha posição em relação ao Projeto nº 419/95, de autoria de Vossa Excelência, projeto que autoriza o Governo do Paraná a implantar, no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores do Paraná. Este programa é para ter a duração de um ano. Deputado Beto Richa, Vossa Excelência mostrando a sua preocupação, coloca aqui que, inclusive, não poderá haver nenhum tipo de constrangimento para forçar o funcionário a pedir demissão e, aquele que pedir demissão, será agraciado, para cada ano de trabalho prestado ao Paraná, um salário mínimo, até o total - aliás, um salário nominal por ano trabalhado - até atingir o total de 20 salários.

Nobre Deputado, eu estava ali, a pouco, fazendo a minha meditação, enquanto o Deputado Luiz Carlos Alborghetti discursava, trazendo assunto palpitante até esta Casa. Eu fazia uma reflexão e cheguei a conclusão, Deputado Beto Richa, que não haverá necessidade de pressionar o funcionário para ele pedir demissão, mas haverá, no meu entendimento, uma pressão muito pior, que é a pressão psicológica, emocional, do servidor público do Paraná, que tradicionalmente, pelo salário achatado de muitos anos e sempre endividados, entrando em agiotas, com o telefone penhorado - quem tem telefone - com o nome no SEPROC, com a esposa brigando porque ele não leva o dinheiro necessário para casa, com o filho chorando, querendo material escolar, querendo o livro, porque precisa estudar.

Este funcionário endividado até dentes, certamente será o primeiro - até num ato de desespero - a não pensar nas consequências de uma demissão voluntária e na cabeça deste funcionário, ele vai coitado, tão endividado! - até imaginar



que, com 20 salários - se é que ele terá 20 anos de Casa; se tiver 10, serão 10 salários; 15, 15 salários. Mas vamos colocar no extremo já: 20 salários. 20 anos de Casa, 20 salários, este funcionário vai pegar o dinheiro, vai pagar a quitanda, vai pagar o padeiro, o agiota que vive aqui pelos corredores da Assembléia, das repartições públicas, vai tirar o nome do SEPROC, vai pagar a Arapuã, a Prosdócimo, a HM ou as Casas Pernambucanas. Vai ficar bonito e já, para agradar a esposa, a família dentro do amor natural que ele tem pela sua família, já vai comprar um sofá novo para casa, vai comprar um TV novo, porque o outro lá, ou é preto e branco, ou é colorido, mas está muito velho. E de repente, torrou o dinheiro, acabou o dinheiro, aquela ilusão que ele ficaria milionário.

A primeira impressão que o pobre do funcionário endividado tem, é que, se ele pegar 10, 15 ou 20 salários, ele faz um pé de meia, alguns não vão ter cabeça para imaginar que este ano não vai valer nada, e ele joga fora o emprego aonde ele tem estabilidade, o emprego onde se ele não cometer uma falta grave, ele jamais será tirado e ficará ali até galgar a sua aposentadoria.

Por isso, Deputado Beto Richa, parabênizo Vossa Excelência que tem trazido idéias notáveis a esta Casa, e conheço o coração de Vossa Excelência. Há no seu coração a melhor das intenções, mas a minha preocupação é que, às vezes, por falta de uma melhor cabeça, o funcionário venha a criar uma ilusão de ótica e venha aceltar a demissão. E um mês depois, nossos gabinetes, Deputado Alborghetti, vão estar cheios de funcionários batendo ali para ver se não dá para quebrar o "galho", porque ele viu a besteira que fez e quer voltar para o serviço público. E o projeto proíbe a volta deste pessoal.

**O Sr. Irineu Colombo (Aparte - Assentimento)** - Deputado Antonio Belinati, quero me somar a preocupação de Vossa Excelência. Em que pese, o projeto tem um espírito e uma vontade grande de promover uma adequação dos funcionários do Estado à uma realidade possível que o Governador possa visualizar para tocar a máquina. Ele tem que ser melhor analisado sobre este ponto de vista e na perspectiva que nós tenhamos aberto um canal aí para criar lacunas no serviço público e a contratação por outros meios.

Ainda tenho algumas dúvidas sobre o projeto. Acho que o penúltimo artigo ainda abre uma certa brecha: o Governo trabalhar com outros incentivos. Nós não queremos que o dinheiro público saia aos "trancos e barrancos", tem que ter um critério mais

fechado. Acho que o projeto tem uma parte importante, que é a questão do constrangimento. Mas acima de tudo, gostaria de ver a experiência que um projeto semelhante teve por conta da demissão voluntária do Banco do Brasil, a nível federal, que foi cancelado pelo Governo Federal. E também aqui no Paraná, com relação aos funcionários da COPEL com estímulo à aposentadoria que deu um grande "bafafá" na imprensa. O Deputado é testemunha disto.

Então, esta preocupação se soma as várias outras e neste momento tem que se olhar com mais cuidado. Existem dúvidas. Portanto seria de bom-senso adiar a votação e estudarmos juntos este problema.

**O Sr. Beto Richa** - Inicialmente Deputado Belinati, quero agradecer as generosas palavras a meu respeito, no início. Quero que V. Exa. saiba também do respeito que este Deputado tem pelo Senhor que somos conterrâneos de Londrina e muito de perto, - desde criança, como V. Exa. disse, - acompanhei o seu trabalho na política, é uma pessoa experiente, sempre interessada pelo bem público e pelo social.

Quero dizer que apresentei este projeto de demissão voluntária no auge da discussão da quebra da estabilidade do servidor público, que por várias vezes vi V. Exa. aqui, veementemente defendendo o servidor público e contra a quebra da estabilidade, que também aplaudo a vossa iniciativa e que também sou contra a estabilidade. Este foi um dos motivos que me levou a apresentar este projeto. E ao meu ver é um projeto alternativo à quebra da estabilidade.

E temos exemplos, pelo que acompanho por matérias da imprensa, do sucesso que foi o projeto de demissão voluntária do Banco do Brasil. Foi bom para a Instituição e também para os bancários, que ficaram satisfeitos porque puderam pedir a demissão e ganharam um incentivo e com isto puderam, muitos deles, realizar um sonho de ter o seu negócio próprio, abrir a sua micro-empresa ou seja lá o que for.

É um projeto que vem sendo adotado em outros Estados também: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul. E agora, até na Revista "Veja", desta semana, traz que o Estado da Bahia também quer adotar.

Então, ao meu ver é uma prática um tanto quanto moderna de administração e ao mesmo tempo a alternativa à quebra da estabilidade, no nosso caso, que dá o direito ao servidor público de optar se quer ou não permanecer na função pública, se quer ou não ir para a iniciativa privada, e para isso ele receberá um incentivo de um salário nominal a cada ano trabalhado, como V. Exa. já leu, até no máximo de 20 salários.



E mais do que isso, também tivemos a preocupação para que nenhum funcionário pudesse ser pressionado a pedir demissão, pelo seu chefe de departamento ou qualquer outra autoridade que seja, então será instituída uma Comissão de três membros, que receberá denúncias contra qualquer tipo de constrangimento ou pressão que este servidor venha a receber para pedir demissão. E será punida esta pessoa, inclusive com a demissão. Será instalada uma Comissão de Inquérito Administrativo, para analisar estas denúncias.

Então, estas preocupações também tivemos, para que o funcionário tivesse a tranqüilidade, pudesse analisar com serenidade, se quer ou não sair da função pública.

Então, todas estas preocupações tivemos, e tivemos consciência plena do que estávamos fazendo, ao apresentar este projeto.

Logicamente respeito a opinião de V. Exa., mas queria deixar claro que acho, no momento, de extrema importância a aprovação desse projeto. Até porque tive, após apresentar este projeto e da sua divulgação nos meios de comunicação, na imprensa, a visita e fui procurado por vários servidores que diziam que realmente estavam satisfeitos com o projeto e muitos deles gostariam de entrar neste programa de demissão voluntária. Inclusive agora há pouco, antes da discussão desse projeto, fui abordado por um servidor aqui desta Casa, deste Parlamento, um servidor da administração, me parabenizando por este projeto, e dizendo que quer ser o primeiro da fila, após a aprovação e a sanção desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, nobre Deputado, valoroso Líder, Beto Richa.

Excelência, não é que o funcionário do Banco do Brasil ganhe demais, podemos ver pelo jornal, pela televisão, pelo rádio, que, de certa forma, foi um sucesso o programa de demissão voluntária do Banco do Brasil. Mas creio que é importante que analisemos também, que no caso específico do Estado do Paraná, a quase totalidade, a maioria esmagadora dos nossos servidores públicos, se juntar o salário de um ano não dá o salário de um mês da maioria dos funcionários do Banco do Brasil. Não é que o funcionário do Banco esteja ganhando muito, o lado de cá está com o salário achatado de muitos anos, não ganha quase nada.

Então daí a preocupação! Lembro-me que há pouco tempo um funcionário da Caixa Econômica veio pedir uma opinião minha, porque ele estava empolgado com a idéia de entrar no programa de demissão voluntária

da Caixa. Fiz uma série de ponderações: "Olha, com a idade que você está, você vai pegar este dinheiro, vai gastar, vai deixar a família na rua, vai ter sérios problemas." E, pouco tempo depois ele voltou para me agradecer, porque ele meditou melhor e viu que teria sido uma besteira realmente ele aceitar a demissão voluntária.

Então, creio que se houver uma pesquisa, uma boa parte do funcionalismo, Deputado Beto Richa, vai até responder que quer a demissão voluntária, porque é a oportunidade de se clarear, de pagar estas dívidas, de pôr as contas em dia. Mas não tenho dúvidas que pouco tempo depois, os nossos gabinetes serão visitados por esses servidores arrependidos, alguns com idade em que não irão arranjar outro trabalho com facilidade.

Então, tememos pela estabilidade da família do próprio trabalhador. Trabalhando, a vida já é difícil, imagine este servidor tempos depois, tendo gasto o dinheiro da demissão e não arranjado outro trabalho, como será a vida, será um verdadeiro inferno!

Faria um apelo ao ilustre autor e aos demais Deputados, para que analisemos com muita calma, prudência, cautela este projeto - que repito - é de extrema importância. Devemos analisar bem o lado positivo, quais são os fatores negativos que poderão haver, diante da falta de emprego. Porque o Paraná vive um momento difícil, o mercado de trabalho não está fácil, não tenho dúvida que servidor desempregado, certamente a maioria, acabará tendo que mudar do Paraná, porque aqui não haverá emprego com tanta facilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Lideranças do PMDB, PTB, PFL, PSDB, Liderança do Governo. (Todos Declinam).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão exercer a Liderança e vice-Liderança do PPB, nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Dire-

toria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.S.P. e C.E.C.E.. EMENDA DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 041/95 por 5 (cinco) sessões.

#### ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Ciclista, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 156/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo e Péricles Mello, que altera redação ao art. 3° da Lei n° 11.070 de 10/03/95, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 2 (duas) sessões. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 156/95 por 2 (duas) sessões.

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 335/95, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa da cédula de identidade para os estudantes de 1° e 2°

graus, da Rede Pública Estadual conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa Especial de Demissão Voluntária, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 138, de 18.10.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 419/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 419/95 de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, tem por objetivo implantar programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos da administração direta e indireta do Estado.

Trata-se de projeto autorizatório.

Na justificativa o autor diz com bastante clareza os propósitos do seu projeto.

Analisando a proposição, entendemos que a mesma deverá ter encaminhamento normal. Por esta razão, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 419/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Finanças o projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Beto Richa, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o programa especial de demissão voluntária.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão não vislumbramos nenhum óbice à tramitação normal do presente projeto de lei, tendo em vista possuir caráter meramente autorizatório.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 06

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 472/95, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni, que autoriza a alienação de ações do Banco do Estado do

Paraná S/A junto ao Banco Del Paraná S/A.  
COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no  
D.A. n° 152, de 07.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 472/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni que autoriza alienação de ações do Banco do Estado do Paraná S/A junto ao Banco Del Paraná S/A.

Analisada que foi, esta matéria, em seus aspectos legais, constitucionais e regimentais, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 472/95 por 5 (cinco) sessões.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 094 e 095, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 096, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 097 a 101, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 102 e 116, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 103, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 104, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 105 e 114, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 107 a 110, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 111, de autoria do Se-

nhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimento n° 113, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 115, de autoria do Senhor Deputado Walnor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 120, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 121, de autoria dos Deputados Nereu Moura e Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Beto Richa, Péricles Mello, Sâmis da Silva e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 122, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 311, 493, 495 e 533/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 1996.

Pronunciamentos do Senhor Rubens Brustolin por ocasião da posse da nova diretoria da Federação do Comércio do Es-

tado do Paraná e da inauguração do SESC de Paranaguá.

"Senhoras e Senhores.

Estamos dando os primeiros passos de mais um mandato à frente da Federação do Comércio do Estado do Paraná. Assumimos essa função no dia 2 de janeiro e hoje aqui estamos, num conagraçamento muito especial, para a posse festiva da diretoria desta Casa, que detém mandato até o início do ano de 1999.

Na informalidade deste agradável encontro, permitimo-nos lembrar nossos primeiros dias na presidência desta Federação do Comércio, ao sucedermos o saudoso companheiro Renê Gomes Napoli, ainda em 1986, quando fizemos uma dupla promessa: a de não esmorecer na defesa dos superiores interesses de nossa categoria econômica e, de não medir sacrifícios para um trabalho que fosse digno da confiança que os ilustres companheiros em nós depositavam.

Essa promessa se renova, hoje, quando, mais uma vez, tentamos vislumbrar o futuro, com uma ponta de otimismo. Um sentimento que vai ao ponto de, inclusive, anunciarmos os principais alvos dessa nova administração. Ao lado dos companheiros eleitos e com a sua necessária colaboração, haveremos de construir a sede própria da Federação do Comércio... (pausa) ali ao lado do SESC da Esquina.

Pedimos a devida licença para citar todos quantos nos antecederam na direção desta Casa: Emanuel Coelho, Camilo Stelfeld, Anacleto Theogenes Carli, José Luiz Guerra Rego, Osmário Zilli, Generoso Marques dos Santos Neto, Egídio Pereira e Renê Gomes Napoli.

A eles proponho, como preito de gratidão e reconhecimento, uma salva de palmas. Meus amigos...

Ainda há pouco participamos da solenidade de inauguração do Centro de Atividades do SESC desta acolhedora Paranaguá. Em nossa administração até porque, por força legal, a presidência da Federação do Comércio implica na condução dos destinos do SESC - pudemos entregar obras sesqueadas em 12 municípios. E como coroamento de um audacioso programa de interiorização, desejamos levar o SESC, ainda, aos municípios de Foz do Iguaçu e de Pato Branco.

Companheiros.

Estamos ainda deglutindo o gosto amargo das dificuldades econômicas pelas quais passamos em 1995, embora seja necessário reconhecer a vitória governamental no combate à inflação. Chegamos ao final daquele ano com uma sensível redução nas vendas do comércio, tateando nas adaptações ao Plano Real, convivendo com agudas restrições ao crédito e com juros altíssimos.

Vale dizer, com dificuldades de toda

ordem. Com um agravante, como bem coloca o professor Ernane Galvêas, assessor econômico da Confederação Nacional do Comércio, ao destacar que "há um erro evidente na política econômica ditada por Brasília, que procura cercear as atividades econômicas do setor privado, quando se sabe que o excesso de despesas e o desequilíbrio financeiro estão nos três níveis de Governo do setor público e em suas empresas estatais."

Gasta-se muito na área do setor público, seja ele federal, estadual ou municipal e esteja ele no âmbito do executivo, legislativo ou judiciário. E busca-se a solução dos problemas do setor público às custas do setor privado, raciocina o Professor Galvêas.

Exemplo clássico dessa perversão de valores está no intento do governo que quer agora acabar com a contribuição que nós empresários destinamos ao SESC, SENAC, SESI, SENAI SENAR e SEBRAE, instituições modelares no campo social deste país e que de uma hora para outra acabaram sendo classificadas como vilãs do emprego. Uma afirmativa deslavada e que, para nós, esconde intenções até mesmo escusas de deitar mãos em organizações que ao longo dos anos deram claros e multiplicados exemplos de bem servir. A nós parece que o governo, ao contrário de sua claudicante política de desestatização, deseja estatizar o "Clube dos Esses".

Ao lado da preocupação com o futuro do SESC, queremos deixar latente, também, nossa preocupação com o desenvolvimento da economia nacional neste ano de 1996. Ainda vivemos o signo das incógnitas. Difícil prognosticar se as vendas aumentarão, se o nível de emprego reverterá as recentes tendências de queda, até que ponto será possível suplantar a concorrência externa e, sobretudo, como será o comportamento financeiro do setor público.

Do equacionamento de todos esses problemas resultará o sucesso ou não da atividade mercantil. A hora é para refletir e, mais que nunca, usar do comedimento e do bom senso.

Obrigado pela presença de todos."

"Senhoras e Senhores.

Queremos seja este um momento de simplicidade e satisfação. Nossa, do Serviço Social do Comércio - SESC e da valorosa gente de Paranaguá. Ambos partícipes e beneficiários dessa obra de grande porte que a partir de hoje está sendo entregue ao uso da família comerciária da cidade e da região.

Paranaguá, com seus 114 mil habitantes, centra suas atividades econômicas no comércio, no turismo, na agricultura e na pesca. E abriga o segundo mais importante

terminal portuário do País, vértice de um funil que recebe e escoia toda uma importante produção, não só do Paraná, como de Estados vizinhos.

Paranaguá que tanto orgulha a nós paranaenses, com sua origem em meados do século XVI, com a chegada de pioneiros à Ilha da Cotinga e, depois, com a fixação aqui, às margens do Rio Itiberê, por sinal integrante da beleza natural que compõe o próprio cenário destas instalações.

Paranaguá, que nasceu em 1842, cresceu e foi o berço de tantas famílias e tantos homens ilustres, alguns com a grata ousadia de subir a serra e conquistar fronteiras. Citemos apenas o admirável tribuno Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, Fernando Amaro e Brasília Itiberê.

O SESC, Senhores, com um ousado programa de interiorização, encontrou em Paranaguá fortes e sólidas razões para aqui erguer uma de suas Unidades. O setor terciário - comércio e serviços - em Paranaguá reúne 960 empresas e emprega 4.871 pessoas. Essa população comerciária é marcadamente masculina e está concentrada na faixa etária entre 14 e 25 anos, sendo que 87,12% não frequenta nenhum curso do ensino formal.

Esses nossos irmãos comerciários vivem com uma renda familiar que está na faixa dos cinco salários mínimos. Suas principais ocupações, nos períodos de descanso, resumem-se a atividades esportivas, passeios às praias e trabalhos junto às igrejas. Seus principais anseios em relação aos serviços do SESC estão concentrados em realizações de natureza esportiva e no funcionamento de uma Clínica Odontológica.

Suprir essas lacunas; preencher alguns desses vazios; marcar presença numa região carente e junto a uma classe trabalhadora merecedora de atenções especiais, são os propósitos que alicerçam a estrutura do SESC. Voltamos olhos para Paranaguá e, enfim, chegamos a esta obra monumental, sem falsa modéstia, uma das mais importantes e imponentes desse Município.

O SESC aqui está numa área construída de 2.358 metros quadrados e num terreno doado pela municipalidade local de 8.538 metros quadrados. Nestas instalações implantamos uma infra-estrutura que inclui cancha esportiva, campo de futebol de areia, churrasqueira, vestiários, biblioteca, cozinha experimental, sala de informática, salas para cursos, salão social, salas de recreação infantil, gabinetes odontológicos, sala de Raio X, sala de esterilização, sala de saúde oral. E mais: sala de artesanato e corte e costura, sala de ginástica, sala de musculação, lanchonete e espaços para administração.

Em todo esse complexo e com uma equipe

de funcionários, técnicos e profissionais já contratados e devidamente treinados e recrutados aqui mesmo em Paranaguá, iremos desenvolver e multiplicar ações nas áreas de alimentação, de serviços odontológicos, na prática de exercícios físicos, de recreação em geral e recreação infantil específica, em cursos de atualização de conhecimentos e no setor de artes, em cursos de educação para a saúde, de atualização profissional e pessoal, biblioteca e em assistência comunitária.

A inquestionável importância da presença do SESC em Paranaguá ganha intensidade, prezados companheiros, até por sua simples localização. Passamos a conviver, nestas margens do Rio Itiberê, com uma população composta por cerca de 500 famílias, que integram as comunidades da Vila Itiberê, da Ponta do Caju e da Estradinha. Aqui funciona um comércio de pequenas vendas. A maioria dos habitantes ocupa lotes de terra de propriedade da Prefeitura e da Marinha. Equilibram-se no sonho óbvio de uma vida melhor. Possuem uma renda familiar média de três salários mínimos. São famílias, na maioria com um ou dois filhos, 33% dos quais fora da escola. Toda essa geração tem olhos e preferências maiores pelo futebol e pelo voleibol. Para eles, também, estejam certos, o SESC dispensará atenções especiais.

Meus amigos.

O momento exige que façamos uma menção muito destacada para alguns parnanguaras que contribuíram de forma decisiva para que fosse concretizada a presença do SESC nesta terra de colonização tão antiga e tão rica história.

Referimo-nos, em primeiro lugar, ao Vereador Edno Fernando Zacarias batalhador de todas as horas pela construção da Sede do SESC em sua terra natal. À Câmara Municipal, que de pronto encampou a idéia. Por dever de ofício e de justiça, devemos destacar, também, os nomes ilustres do ex-Prefeito Vicente Elias, que deu início a todo o processo de doação deste terreno e ao atual Prefeito, Carlos Antonio Tortato, que concluiu as negociações e proporcionou as obras de infra-estrutura necessárias para permitir eficácia no trabalho que o SESC vai aqui desenvolver.

Permitam-nos, Senhoras e Senhores, destacar, ainda, o trabalho importante da Empresa INGÁ - Empreendimentos Imobiliários, responsável pela construção da obra. Aos operários que, anonimamente, deixaram pingos de suor e muitas parcelas de sacrifício para enfrentar temperaturas acima dos 40 graus e contribuir para que pudéssemos concretizar esta inauguração. Pedimos vênias, mais, para exaltar o projeto de arquitetura elaborado com a competência que lhe é peculiar, pelo Arquiteto Othelo

Lopes Filho e sua equipe do Escritório de Arquitetura.

E, por fim, agradecer o desprendimento e a eficácia da fiscalização, exercidos permanentemente ao longo dos 13 meses em que dourou a construção, pela Comissão de Obras do SESC, integrada pelos Companheiros Luis Fernando Koehler de Camargo, Presidente, João Françolin Tomazini, Fredolin Modro e pelo Diretor Regional do SESC, Amauri Ribas de Oliveira, com a assistência dos Engenheiros Kurt Fehlauer e Gerson Konell.

Agradecemos, ademais, a presença das ilustres autoridades que nos deram a suprema honra de compartilhar conosco destes solenes momentos, em especial ao Diretor do Departamento Nacional do SESC, Oswaldo Kilzer da Rocha e o SESC de Paranaguá faz com que sejamos obrigados a uma pública confissão: o orgulho de termos cumprido mais uma etapa de um ousado programa de interiorização que vimos executando como Presidente do Conselho Regional do SESC e da Federação do Comércio do Estado do Paraná.

Assim, pudemos inaugurar os Centros de Atividades de Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí; os Centros Esportivos de Ponta Grossa e de Jacarezinho e a Recreação Infantil de Curitiba. Hoje, o de Paranaguá.

Prezados companheiros, esse é o retrato do SESC, uma instituição que resulta da contribuição anônima do homem do comércio, num trabalho desenvolvido há 48 anos, con-

solidado, eficiente e sempre voltado para que o trabalhador e sua família tenham atendimento melhor possível em termos de saúde, alimentação, esporte e lazer. Enfim, para que possa melhorar o seu padrão de vida.

É esse SESC que alguns poucos querem acabar. De forma sorrateira e inexplicável. Sob argumentos inconsistentes, homens que só possuem a visão palaciana dos gabinetes brasilienses, querem mudar a estrutura do SESC, acabando com sua fonte de recursos, aliás provenientes exclusivamente do bolso do empresariado. Sob argumentos tolos, incluiu-se até na reforma da Previdência a eliminação da arrecadação que hoje e desde a sua implantação o SESC tem para sobreviver. Intenta-se, com essas alterações, passar da iniciativa privada para as mãos do Governo a gerência do SESC.

É o que se pode deduzir por tantos olhos de gula e ganância sobre uma instituição que se tem mostrado da mais alta competência e que é e sempre foi administrada pelo empresariado. Sempre nos insurgimos contra essa violência que se intenta contra o SESC. Não admitimos e não aceitamos a tola argumentação que Brasília tenta nos impingir. Haveremos de vencer mais esta batalha e só assim poderemos, amanhã em outro pedaço deste Paraná que tanto amamos, entregar novas e tão imponentes obras sesqueanas como esta que agora deixamos nas mãos de Paranaguá e de sua gente.

Muito obrigado."